A ESTIAGEM NO CENTRO-SUL

AGROANALYSIS

AGROANALYSIS

AGROANALYSIS

VOLUME 9 N.º 12 DEZEMBRO DE 1985

PERIÓDICOS

BIBLIOTECA KARL A. BOUDECKER
Escola de Administração de
Empresas de ...

IMPRESSO

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA
CENTRO DE ESTUDOS AGRÍCOLAS

AGROANALYSIS

Editor: Sylvio Wanick Ribeiro (Chefe do CEA/IBRE/FGV)

Núcleo central de pesquisadores: Boris Gheventer (preços no nível do produtor), Bruno Marcus Rangel Pessanha (supervisão de pesquisa e pecuária), Fernando Roberto de Freitas Almeida (editoração, arroz, feijão e uva), Francisco Antônio da Fonseca Menezes (cana-de-açúcar e álcool), Iracema Bouzas Pessoa (algodão e laranja), Irene Raguenet Troccoli (milho, aves e suínos), Leila Tendrih de Freitas Almeida (oleaginosas e trigo), Maria José Cyhlar Monteiro (política agrícola e cacau), Martha Macedo de Lima Barata (cevada, centeio e sorgo) e Régis Norberto da Cunha Alimandro (café).

Estatística: Lúcio Junqueira Campos, Mário Sachs Rabello e Oraide Terezinha Novaes (preços no nível do produtor).

Documentação: Glória Maria Teixeira Grego (bibliotecária) e Maria Célia Ávila Bezerra.

Auxiliar de editoração: Luizete Adelaide da Pena de Sousa.

Composição: Neli Martins Mascarenhas e Iolanda Aparecida da Silva.

Arte, incluindo capa, gráficos, ilustrações e diagramação: Pedro Marcílio da Silva Leite.

Impressão: Gráfica Portinho Cavalcanti Ltda (Tels. PABX 224-7732 – 231-3213).

É permitida a reprodução total ou parcial do Agroanalysis, desde que seja citada a fonte.

Agroanalysis, v.1– ,n.1– 1977–
Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1977
mensal CDU 631(05)

Rua da Candelária, 6
Fone : 233-6040
Telex: 212-3840 FGVE BR
20.091 – Centro – Rio de Janeiro – RJ
BRASIL

Solicitamos aos leitores que, na comunicação da mudança de endereço, remetam a etiqueta do último Agroanalysis recebido.

NOTA DA EDIÇÃO

PERIÓDICOS

BIBLIOTECA KARL A. BOPDECKER
Escola de Administração de
Empresas de São Paulo

É espantoso, mas se instalou em alguns círculos uma atmosfera de alegria, que não vem das festas natalinas nem das de fim-de-ano e sim da prolongada seca no Centro-Sul. Quanto pior, melhor... Há uma perspectiva de bons ganhos, oriundos da especulação, diante da escassez que se prenuncia.

Na região atingida pela estiagem, insere-se uma das melhores e mais longas faixas mundiais, no que concerne à distribuição espacial uniforme de chuvas. No Sul do Brasil, a **altura média da precipitação** *vai de 1.250 mm a 2.000 mm e a acumulada anual nunca é excessiva ou carente. Aí sempre se verificou notável equilíbrio, agora abruptamente quebrado. Assinalavam-se, até então, períodos de três meses menos chuvosos, a cada ano, no máximo. Não há, ainda, conclusão definitiva quanto à causa da inclemência climática, porém, deve ser bem provável que a ela não se alheie o processo da agricultura predatória, insidiosa, ali como alhures, dominante nestes últimos anos. A intensa degradação do meio natural sulino, com os brutais desflorestamentos, uso abusivo de venenos e de adubação química, dentre outras irracionalidades, deve ter fincado marcas profundas, capazes de gerar graves conseqüências, sendo bastante visíveis, hoje, a erosão antrópica, a formação de voçorocas e o aparecimento inicial de desertos. Começa-se a pagar um alto preço pela imprevidência generalizada.*

Quanto à água, sublinhe-se que, também neste particular, o homem tem grande parcela de responsabilidade, desde que se transformou em poderosa força dessecante. Para safras elevadas, é imprescindível que se disponha de bastante água. Alimentos e água têm de caminhar juntos.

Anuncia-se que, nos primeiros meses do ano entrante, o governo formulará o **Plano Nacional de Política Agrícola**, *o qual, com certeza, enunciará providências a serem adotadas para minorar a agricultura da atual dependência de fatores aleatórios. A propósito, aliás, vem sendo implementado, por determinação expressa do sr.* **Presidente da República**, *projeto visando à irrigação de grande área agricultável no* **Polígono das Secas.**

Nas páginas que se seguem, está um primeiro balancete das principais safras em andamento. Acentua-se, ainda, nas linhas introdutivas, a ameaça na qual se poderão transformar as anunciadas importações de gêneros alimentícios, capazes de se colocarem em desfavor do agricultor brasileiro. Não há porque matar a galinha dos ovos de ouro...

SUMÁRIO

A ESTIAGEM E A POLÍTICA AGRÍCOLA 2

PRODUTOS VEGETAIS
- Algodão 4
- Arroz 7
- Feijão 11
- Milho 13
- Soja 15

PRODUTOS INDUSTRIAIS
- Suco de Laranja 17

PRECEITOS DE POLÍTICA AGRÍCOLA 22

PREÇOS RECEBIDOS PELOS AGRICULTORES E RELAÇÃO DE TROCAS 25

PANORAMA AGROPECUÁRIO
PREÇOS
- Mercado Externo 26
- Mercado Interno 28
- Relativos 30

COMPORTAMENTO DAS LAVOURAS 32

A ESTIAGEM E A POLÍTICA AGRÍCOLA

Têm sido intensamente divulgadas as informações referentes aos danos da estiagem à safra 1985/86. Algumas medidas de política agrícola já foram tomadas, mas, para se assegurar o abastecimento no próximo ano, tem-se pensado apenas na importação de alimentos.

Falar do risco e da incerteza da atividade agrícola tornou-se quase um lugar comum. Entretanto, as notícias divulgadas pelos meios de comunicação nos últimos meses obrigam a mais uma reflexão sobre o tema.

Em meados do ano, o anúncio dos **Valores Básicos de Custeio** para o Centro-Sul trouxe a perspectiva de um estímulo à produção de alimentos básicos, medida tanto mais necessária quanto a recuperação dos níveis de renda real e de emprego permitia antever uma expansão na demanda daqueles gêneros, comprimida ao longo da atual fase recessiva da economia brasileira. As condições climáticas verificadas a seguir, no entanto, colocam em dúvida a possibilidade de se alcançarem as metas desejadas. Duas observações são relevantes. Em primeiro lugar, constatar que, paradoxalmente, as mesmas condições que permitiram a obtenção da maior safra brasileira de trigo são as que estão ameaçando a safra 1985/86, em geral. Em segundo lugar, convém destacar que uma política agrícola coerente deve levar em consideração o longo prazo. Apesar da modernização da agricultura da região Centro-Sul, o fator clima continua a ser o elemento determinante dos resultados da atividade agrícola.

Neste momento, é ainda difícil quantificar com precisão as perdas de produção e rendimento físico decorrentes da estiagem. A falta de chuvas não foi generalizada, atingindo determinadas regiões com muito maior gravidade. Em outras áreas, as chuvas, mesmo intermitentes e mais escassas do que seria normal, permitiram que o plantio fosse levado adiante, ou refeito. O atraso da colheita, porém, é quase certo.

Contudo, a extensão do fenômeno climático e as condições vigentes no início do novo ano agrícola criaram um ambiente de preocupação generalizada. De um lado, os agricultores, recém-saídos de uma safra (1984/85) caracterizada por cotações baixas, que fizeram do preço mínimo quase um máximo, revelaram o temor de que a próxima safra não viesse a permitir a recuperação de sua renda. Por outro lado, as autoridades econômicas reagiram à perspectiva de uma safra menor, que, na ausência de estoques, já começou a estimular um movimento especulativo de alta dos preços no atacado, com o anúncio de importações e a realização de leilões nas Bolsas de Mercadorias.

A este respeito, é necessário recordar que, em 1985, embora a **CFP** tenha realizado substanciais aquisições sob a rubrica de **AGF's**, não formou estoques estratégicos capazes de assegurar o abastecimento futuro, na hipótese de uma quebra de safra. O que ocorreu, em 1985, foi uma situação anômala, em que o governo federal se viu obrigado a substituir a estocagem privada, de vez que o mercado não se dispôs a acompanhar os níveis de preços estabelecidos pelo mínimo oficial, considerado excessivamente elevado.

Diante desse quadro, o **Ministério da Agricultura** decidiu, em conjunto com os **Ministérios da Fazenda, Interior, Planejamento** e os **Bancos Central** e do **Brasil**, adotar uma série de medidas que constituem um **Programa de Apoio aos Produtores Prejudicados pelas Secas**, nas regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul.

Em suas linhas gerais, as medidas visam a garantir a subsistência do agricultor e sua família, até que a situação seja normalizada, e a criar incentivos para o replantio, nos casos em que seja possível.

Assim, até 15/01/86, os mini e pequenos produtores poderão formalizar pedidos de crédito para manutenção, até o máximo de Cr$ 3,6 milhões, sujeitos aos encargos do crédito rural e a esquema de pagamento ajustado às épocas das receitas esperadas. Estes empréstimos se destinam, principalmente, à aquisição de víveres e remédios. No que se refere aos trabalhadores rurais, os **bóias-frias**, está prevista a liberação de Cr$ 100 bilhões para repasse às prefeituras, através do **Ministério do Interior**, para garantir a alimentação e a criação de frentes de trabalho.

Quanto aos estímulos à produção, as medidas propostas abrangem o crédito rural, o **Proagro** e os preços mínimos.

Os pagamentos referentes a créditos de investimento a vencer no primeiro semestre de 1986 foram prorrogados por um ano, a partir do vencimento final da dívida. Para os créditos de custeio de agricultores que não possam replantar ou substituir sua lavoura, haverá prorrogação, em função de sua capacidade de pagamento, como dispõe o **Manual de Crédito Rural**. No caso de o agricultor desejar replantar ou substituir a lavoura, haverá prorrogação de 50% do saldo do custeio, a partir do vencimento final da dívida, sendo também considerada a concessão de novo crédito de custeio para replantio ou substituição, desde que destinado às lavouras de arroz, mandioca, milho, soja e sorgo. Estes créditos deverão ser formalizados até 31/12/85, po-

BIBLIOTECA KARL A. BOUDEWIJN
Escola de Administração de
Empresas de São Paulo

dendo ser enquadrados no **Proagro**, independentemente do calendário agrícola regional. O **Proagro** cobrirá, também, a parcela de recursos próprios envolvida. Além disso, está previsto o financiamento, através do **Crédito Rural**, da **safrinha** de milho do Paraná, com cobertura do **Proagro**. Nos últimos anos, vinha-se tornando prática corrente, e com bons resultados naquele estado, o plantio de milho nos meses de janeiro e fevereiro. Essas lavouras, contudo, estavam excluídas dos benefícios do **Crédito Rural**.

Quanto ao **Proagro**, foram tomadas medidas destinadas a acelerar a tramitação dos processos: a) permitir a realização das perícias por técnicos ou empresas de assistência técnica que tenham elaborado os projetos; b) relevar eventuais intempestividades nas comunicações de perdas, desde que os laudos periciais atestem serem estas resultado da estiagem; e c) indenizar os recursos próprios de agricultores que não chegaram a efetuar o plantio, desde que se comprovem devidamente as despesas efetuadas e tenha havido financiamento com adesão ao **Proagro**. O valor da cobertura destinar-se-á prioritariamente ao pagamento de parcelas prorrogadas.

Quanto aos preços mínimos, houve a prorrogação por um mês de seu período de correção. Este, aliás, já fora prorrogado por mais dois meses, nos casos do arroz, feijão, mandioca e milho, em fins de outubro, quando o atraso do plantio por falta de chuvas já se tornara evidente.

Algumas outras medidas foram propostas, como a revisão, pela **CFP**, dos **VBC's** e dos preços mínimos do feijão e do amendoim da safra da seca e a antecipação do abate de bovinos.

Trata-se, como se viu, de um conjunto de medidas de curto prazo, que tem como mérito principal tentar reduzir os prejuízos de uma conjuntura adversa e que sugere um reforço das intenções de se traçar uma política agrícola de longo prazo, capaz de atender tanto ao agricultor, propiciando-lhe condições de exercer uma atividade remuneradora, quanto à população urbana, garantindo-lhe alimentação abundante a preços compatíveis com seus salários.

As imprecisões que cercam os prognósticos da safra têm provocado, também, preocupações quanto ao abastecimento interno e, sobretudo, quanto aos efeitos de uma provável escassez de alimentos sobre as taxas de inflação. A gravidade dessas repercussões e a necessidade de reduzir a possível aceleração da alta dos preços, causada por expectativas de colheitas pequenas, têm deslocado a ênfase das propostas para o curto prazo e nelas se destacam os anúncios de vultosas importações. Contudo, deixa-se de considerar que, embora a safra do Centro-Sul represente a parcela principal da oferta de produtos alimentícios, tem-se a possibilidade de produzi-los igualmente em épocas diversas do ano e em outras regiões do país.

Nos últimos dois anos, o feijão da seca (colhido a partir de março) representou, em média, 45% do total de sua produção. Lavoura de ciclo curto, largamente dispersa, a experiência de anos passados demonstrou que, quando os preços lhe são favoráveis, é possível aumentar rapidamente a produção.

O arroz é outro alimento importante e que encontra no Maranhão condições edafoclimáticas e extensas áreas extremamente favoráveis ao seu desenvolvimento e aí a época de plantio vai de novembro a março. É interessante observar que, entre 1977 e 1979, a produção no país registrava declínio, enquanto a maranhense se expandia. Batata-inglesa, milho, cebola e vários outros alimentos também poderão ser conseguidos rapidamente no vasto território brasileiro.

Em resumo, causa estranheza que, concomitantemente com as medidas de apoio ao produtor das áreas atingidas pela estiagem, não se pense na possibilidade de conceder estímulos para incrementar a produção em áreas alternativas (constitui exceção os que visam à **safrinha** de milho, no Paraná). As vantagens de providências dessa ordem seriam, além de seus efeitos sociais, aumentar o nível de emprego dos trabalhadores rurais, a redução do dispêndio de divisas e a eliminação dos inconvenientes de grandes compras, no mercado externo, de produtos que nem sempre atendem às preferências do consumidor brasileiro. Muitas vezes, por serem provenientes de locais distantes, têm esses produtos preços substancialmente acrescidos pelas despesas de movimentação e transporte e sua qualidade reduzida, pela precariedade das condições de armazenagem e transbordos.

Por outro lado, os reiterados anúncios de grandes importações, como forma de garantir o abastecimento, se bem que tenham a intenção de conter movimentos especulativos de preços, podem transformar-se em fator agravante, a médio prazo, da própria escassez que se prenuncia, se os agricultores interpretarem tais compras no mercado externo como um modo de deprimir mais ainda os preços do que produzem.

A persistência de uma inflação elevada e a necessidade de impedir o agravamento dessa situação têm, freqüentemente, obscurecido a percepção de uma característica fundamental do movimento dos preços dos produtos agrícolas: sua acentuada flutuação, tanto ao longo do ano (sazonalidade) quanto entre anos (em virtude da dimensão da safra) é um fenômeno normal e esperado, tendo, no segundo caso, como efeito, o direcionamento do plantio da safra seguinte.

A contenção dos preços dos produtos agrícolas, sem um conjunto coerente de medidas destinadas a assegurar a rentabilidade da produção pode, e isto ocorreu amiúde no passado, contribuir para tornar permanente uma situação de escassez, que deveria ser transitória.

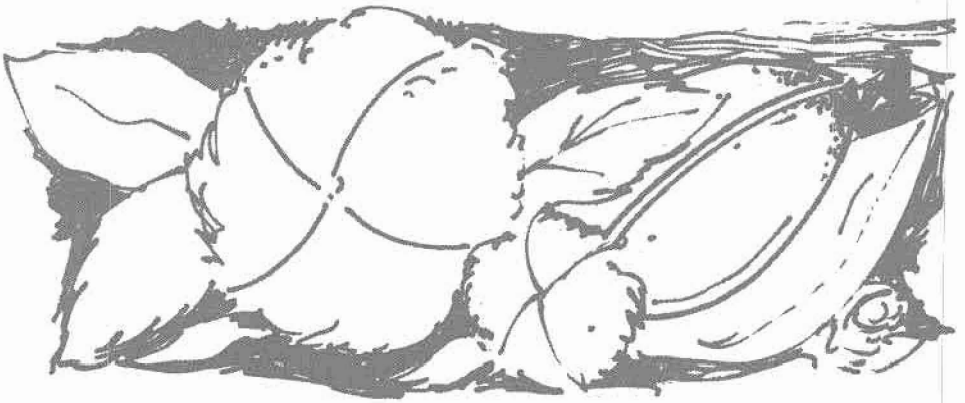
ALGODÃO

A permanência de estoques elevados, quando do ingresso da safra, tende a forçar as cotações ao nível do preço mínimo. No entanto, a falta de recursos sequer para a constituição de estoques oficiais de gêneros alimentícios parece desaconselhar a formação de estoques reguladores de algodão.

Os danos causados pela longa estiagem reduzirão a safra muito mais do que sugeriam as expectativas iniciais. Contava-se com uma retração de até 20% no plantio, devido aos elevados estoques existentes no mercado interno, derivados da grande colheita anterior. Agora, estima-se uma área cultivada 25% menor, com reflexos maiores na produção (queda de aproximadamente 30%).

Após uma quantificação parcial dos estragos da seca e devido ao atraso no plantio, vê-se que haverá queda na produtividade física, bem como aumento do perigo de ataque de pragas, entre elas o **bicudo**. A qualidade da fibra deverá ser pior, em virtude da provável ocorrência de chuvas no período da colheita, que será feita mais tarde, este ano.

Em São Paulo, o **bicudo** representa grave perigo, pois o plantio atrasado poderá ensejar ataque da praga à



flor do algodoeiro, destruindo, em conseqüência, a planta. O recurso de se plantar antecipadamente e, em alguns casos, o de usar sementes de ciclo mais curto, para impedir o ataque ao algodoeiro, não puderam ser adotados. Dessa forma, o **bicudo** só poderá ser combatido com a aplicação de veneno, o que elevará os custos de produção e reduzirá os ganhos do produtor.

A seca também atrasou o plantio no Paraná, onde a produtividade será inferior à média regional, com possível piora na qualidade da fibra.

Em que pese as reduções nas áreas plantadas (ver Quadro 01), a produção no Centro-Sul poderá não comprometer o abastecimento do mercado interno no próximo ano. A existência de estoques elevados, associada a uma safra que, embora menor do que a de 1984/85, ainda se manterá nos níveis dos últimos quatro

QUADRO 01 – ALGODÃO – ESTADOS PRODUTORES – ÁREA PLANTADA E PRODUÇÃO ESPERADA – SAFRAS 1984/85 e 1985/86

ESTADO	ÁREA (ha)			PRODUÇÃO (t)			PRODUTIVIDADE (kg/ha)		
	Colhida em 1985	Plantada ou a plantar	Variação %	Obtida em 1985	Esperada em 1986	Variação %	Obtida em 1985	Esperada em 1986	Variação %
PR	540.000	430.000	–20,37	1.035.661	817.000	–21,11	1.918	1.900	–1,0
SP	382.000	290.000	–24,08	702.516	516.780	–26,44	1.839	1.782	–3,10
MG	156.363	157.947	1,01	208.663	199.650	–4,32	1.334	1.264	–5,25
MS	66.619	60.000	–9,94	106.317	96.000	–9,70	1.596	1.600	0,25
MT	16.945	18.658	10,11	21.837	24.516	12,27	1.289	1.314	1,94
GO	64.060	26.800	–58,16	116.030	50.800	–56,22	1.811	1.895	4,64
TOTAL	1.255.987	983.405	–19,79	2.191.024	1.704.746	–22,19	1.787	1.733	–3,02

FONTE – IBGE – Prognóstico da Produção Agrícola para 1986 – outubro/1985.

anos, será suficiente para atender a demanda. Espera-se que a comercialização transcorra sem grandes problemas, com menor participação governamental, mas é de se supor aumento de preços, em função da provável menor oferta de algodões de melhores tipos. Com efeito, os estoques governamentais são compostos de uma parcela ponderável de tipos piores e o algodão colhido a partir de março possivelmente apresentará uma participação grande do tipo 7,0 para mais. Essa escassez relativa dos melhores tipos resultará numa elevação dos preços da fibra no mercado, muito embora, em termos de quantidade, este esteja abastecido de algodões em geral até além do necessário.

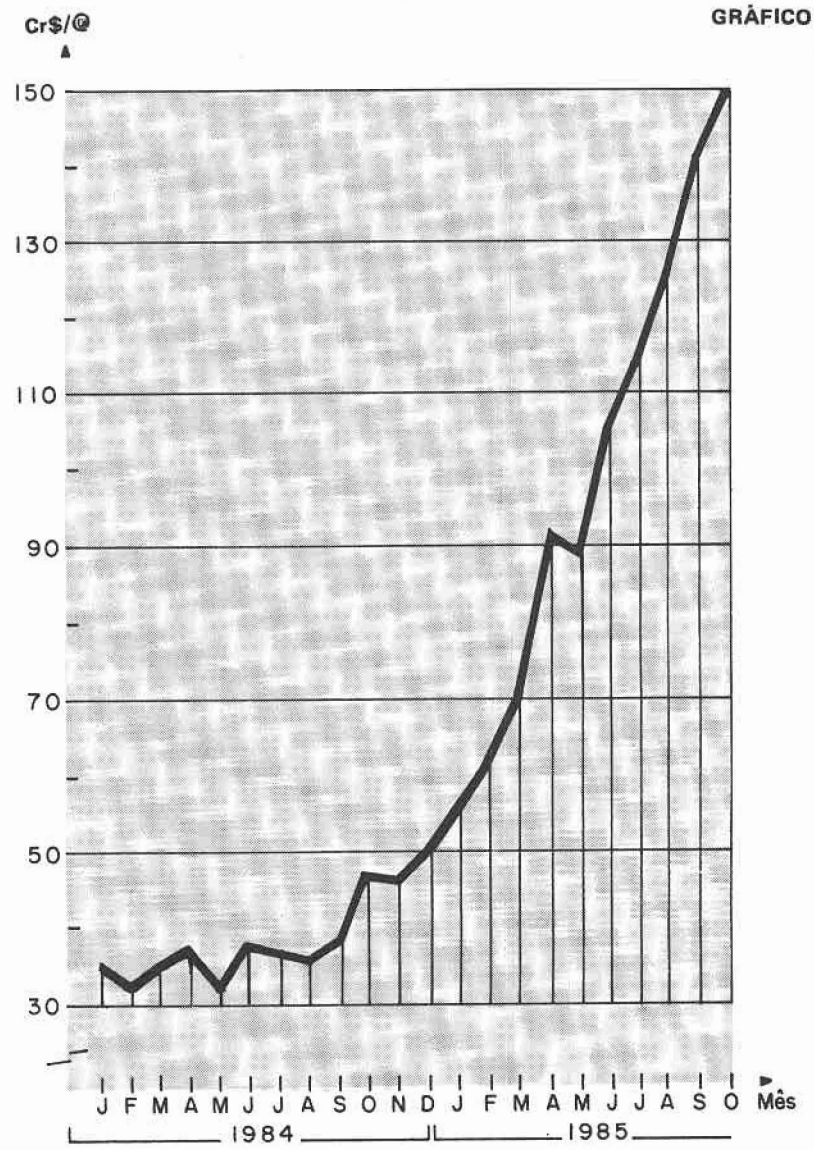
Caso, porém, o algodão colhido este ano não venha a apresentar uma deterioração expressiva em sua qualidade, os preços tendem a continuar, em 1986, bem próximos do mínimo, a exemplo do que ocorreu em 1985, quando o governo ofertou o produto a preços que não chegaram a propiciar a retirada do que estava em **EGF**. O aumento dos preços do produto ofertado nos leilões, de meados de julho a meados de novembro, foi de 17%, enquanto, no comércio atacadista, chegou a 31%. A elevação acumulada dos preços no atacado alcançou 220% (ver Gráfico 01) de janeiro a novembro (média da primeira semana de cada mês), num mercado que se encontra com estoques elevados e cujos preços, ditados pelo governo, vêm sendo administrados visando a reduzir as pressões inflacionárias. Vale lembrar que, após o final de novembro, com o término do acordo **CIP/Seap**/indústria têxtil, a **CFP** ofertará algodão a preço mais alto, objetivando possibilitar o escoamento mais rápido do produto nordestino, atualmente 20% mais caro.

A comercialização da safra 1984/85, na qual a participação do governo se mostrou decisiva para impedir que os preços pagos aos produtores caíssem mais ainda, foi praticamente financiada com recursos do **Tesouro Federal**. A iniciativa privada saiu do mercado quando percebeu que o governo iria realmente garantir o preço mínimo ao produtor, através de aquisições e empréstimos.

O governo federal vem, desde meados do ano, vendendo parte dos seus estoques, em leilões, nas principais bolsas de mercadorias (ver Quadro 02). Essas vendas têm regulado o mercado, tentando impedir que as cotações se elevem de maneira acentuada. Com a entrada da safra nordestina, a partir de agosto, os leilões deveriam ser suspensos, o que possibilitaria uma livre comercialização do algodão da região setentrional. A menor oferta nordestina, porém, por causa do excesso de chuvas em mar-

ALGODÃO EM PLUMA – PREÇOS NOMINAIS[1] NO MERCADO ATACADISTA DE SÃO PAULO – JAN/84 A OUT/85
(Cr$/@)

GRÁFICO 01



FONTE – CFP.

[1] média da primeira semana de cada mês.

ço/abril, fez crescer os preços, que se vêm situando acima do mínimo, fixado em Cr$ 37.185/@ ao produtor (Cr$ 125.330/@ do pluma). Assim, os preços pagos aos produtores, entre Cr$ 39 mil/@ e 41 mil/@, não possibilitaram a contratação de **AGF's**, mas fizeram com que o governo continuasse, no Sul do país, a leiloar parte de seus estoques. A saída da **CFP** do mercado seguramente causaria elevação ainda maior, uma vez que o algodão nordestino seria comercializado bem acima das cotações praticadas nos leilões. Cada a recuperação da demanda na região e a menor oferta, o algodão local deverá ser quase todo comercializado sem maiores problemas pelas empresas privadas, recorrendo-se, provavelmente, apenas a **EGF's**, mesmo com a continuação dos leilões no Sul.

Quanto à comercialização da próxima safra do Centro-Sul, a existência de elevados estoques e a magnitude da safra a ser colhida podem fazer com que o preço mínimo dite novamente o patamar de preços para o produtor. Caso isto aconteça, será melhor que o governo viabilize uma contratação maior de **EGF's**, cuja remissão diminuirá os custos de financiamento dos estoques e o ônus da recolocação do produto no mercado.

A formação de estoques reguladores parece pouco recomendável, num momento em que as autoridades governamentais não dispõem de recursos sequer para garantir a existência dos estoques de alimentos básicos. Além disso, o **CIP/Seap** tem mantido sob vigilância a atividade têxtil, mas a existência de estoques de algodão em poder do governo não beneficia o consumidor, dada a pulverização dos atacadistas e varejistas de roupas. Neste mercado, caracterizado por inúmeros intermediários, os consumidores apenas influenciam quando se contrai a sua demanda, como resultado da perda de poder aquisitivo.

A intervenção do governo, este ano, conseguiu impedir a elevação dos preços da fibra, devido à defasagem entre os leilões e a entrada do produto no mercado. As compras feitas diretamente pela indústria foram pouco significativas, reduzindo o alcance dos leilões.

QUADRO 02 – ALGODÃO EM PLUMA – LEILÕES AUTORIZADOS PELA CFP NA BOLSA DE MERCADORIAS DE SÃO PAULO – 18/07/85 A 07/10/85

DATA	TOTAL OFERTADO		TOTAL VENDIDO		VALOR Cr$/@ (média ponderada)
	Fardos	Quilos líquidos	Fardos	Quilos líquidos	
18/07/85	31.381	6.026.806,3	30.688	5.898.075,2	116.025
25/07/85	53.009	10.153.374,7	33.747	6.498.115,9	115.545
01/08/85	27.151	5.392.876,5	15.837	3.141.737,5	116.535
08/08/85	26.619	5.051.574,3	5.623	1.056.133,5	113.310
15/08/85	28.063	5.433.966,7	9.925	1.936.953,3	121.380
22/08/85	21.147	3.936.794,8	17.889	3.330.400,2	118.755
29/08/85	16.148	3.054.107,5	16.148	3.054.107,5	125.400
05/09/85	12.489	2.325.933,2	12.489	2.325.933,2	128.055
12/09/85	26.243	5.015.369,8	21.414	4.108.966,6	121.395
19/09/85	16.240	3.043.866,0	9.837	1.837.048,9	124.260
26/09/85	42.794	8.139.086,8	7.925	1.481.502,2	125.325
03/10/85	21.160	4.001.860,4	8.404	1.564.036,6	127.005
10/10/85	16.235	3.102.805,4	4.298	841.592,0	135.555
17/10/85	22.102	4.231.540,3	5.309	1.008.507,8	128.940
24/10/85	10.919	2.120.981,2	9.742	1.890.556,1	136.170
31/10/85	15.806	3.116.509,1	4.823	934.477,6	129.045
07/10/85	28.555	5.406.398,8	7.537	1.420.020,6	135.870
TOTAL	454.765	85.835.247,7	236.932	45.259.626,8	–

FONTE – Bolsa de Mercadorias de São Paulo.



ARROZ

As plantações do Centro-Oeste estão sendo danificadas pela estiagem e as do Rio Grande do Sul começam a preocupar, embora tenham sido, até agora, as mais bem preservadas. Mesmo que a safra maranhense consiga um bom resultado, podem ser esperados problemas no abastecimento, em 1986.

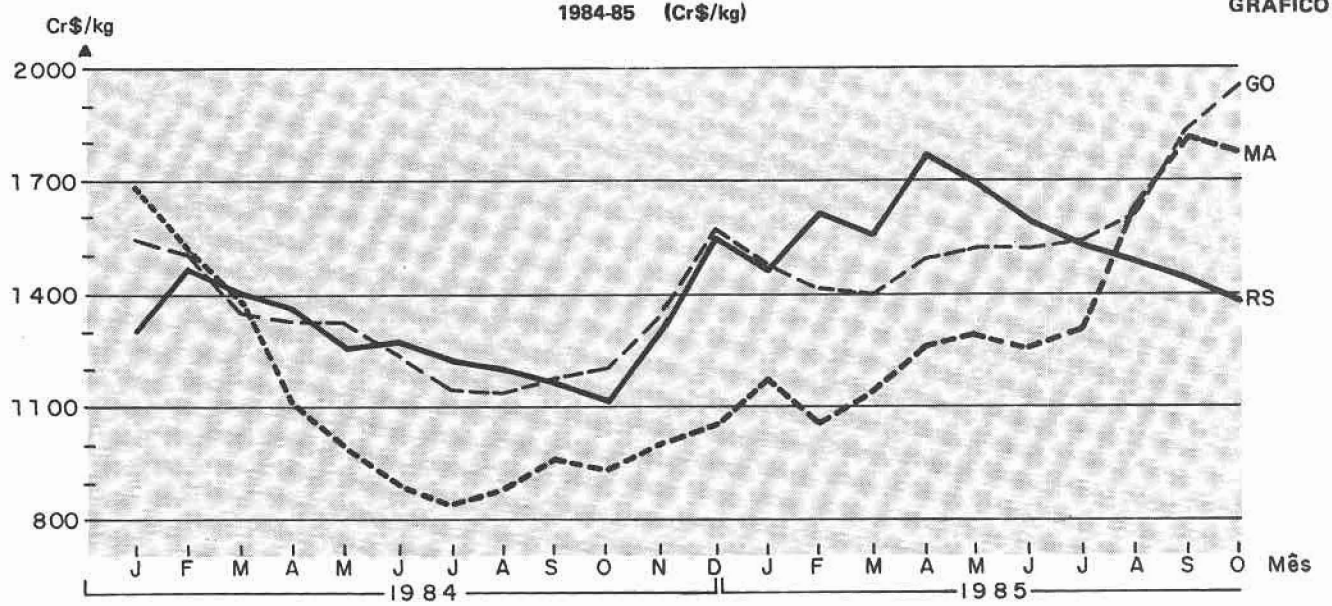
As deficiências da política agrícola adotada há anos afetaram algumas das principais lavouras de modo marcante. O caso do arroz de **sequeiro** é exemplar. Muitas sugestões de medidas de estímulo foram feitas por diversas entidades, mesmo as ligadas ao poder público, sem serem adotadas. O resultado inevitável foi a contínua perda de área de cultivo no Centro--Oeste, com os agricultores optando por atividades mais rentáveis (ver **Agroanalysis**, volume 9, nº 9).

Na safra 1985/86, espera-se uma reversão deste processo, movida pelos instrumentos de política agrícola (os **Valores Básicos de Custeio** tiveram seus limites de adiantamento mais favoráveis aos grandes e médios produtores) e pela expectativa quanto aos assentamentos do **Plano Nacional de Reforma Agrária**. Segundo o **Prognóstico da Produção Agrícola**, do **IBGE**, a área plantada da safra superará em 12% a área colhida da safra anterior.

Também em termos de mercado, houve incentivo ao cultivo de **sequeiro**, pois a situação das cotações nos estados centrais melhorou, nos últimos meses. O Gráfico 02 mostra que os preços recebidos pelos orizicultores de Goiás apresentam ascensão ininterrupta, há meses, mantendo-se acima dos do Rio Grande do Sul (no atacado, o arroz goiano também superou o gaúcho, em razão das grandes liquidações de **EGF's** deste último). O mesmo gráfico apresenta a situação do Maranhão, em que a grande quebra da safra alçou as cotações do arroz a patamares inesperados.

Variações acentuadas nos preços e na remuneração dos produtores rurais não são incomuns em um mercado como o do arroz. O Gráfico 03 apresenta as médias anuais dos preços recebidos pelos orizicultores, podendo-se ver que, em anos recentes, quando se iniciou o processo de retração da área, as distâncias entre os

ARROZ EM CASCA – PREÇOS RECEBIDOS[1] PELOS PRODUTORES DO RIO GRANDE DO SUL, GOIÁS E MARANHÃO
1984-85 (Cr$/kg) **GRÁFICO 02**



FONTE – FGV/IBRE/CEA e Conjuntura Econômica.
[1] Preços corrigidos pelo IGP-DI, para novembro de 1985.

pontos máximos e mínimos diminuíram sobremaneira.

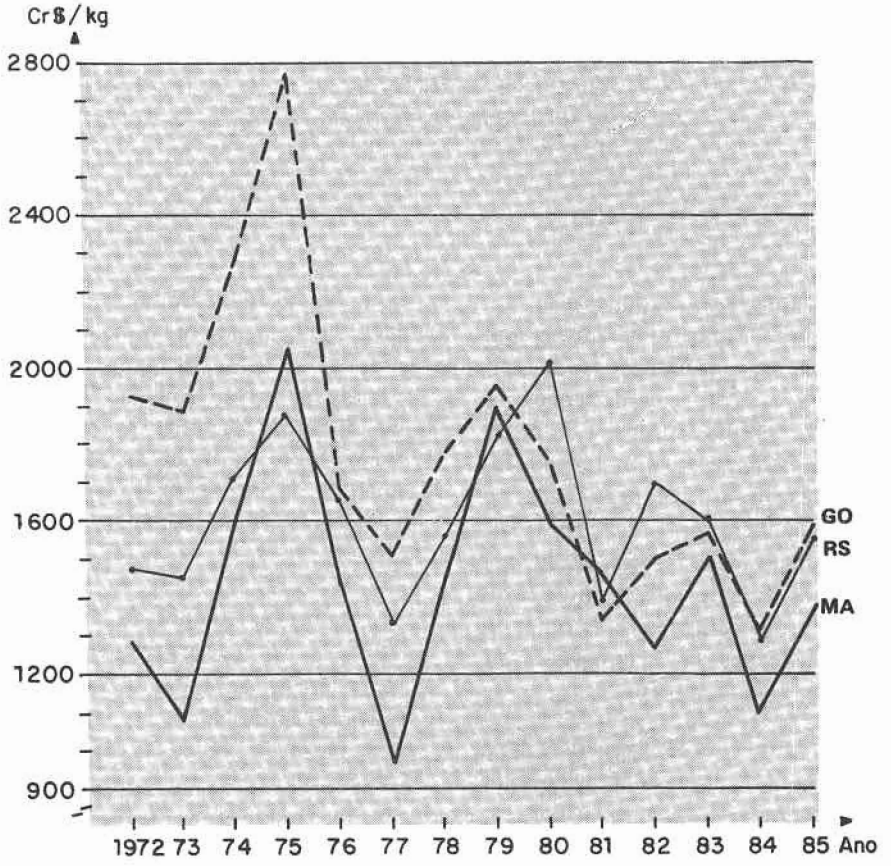
Atualmente, o mercado do arroz vem sendo influenciado pelas tentativas de controle dos preços através dos leilões e das importações. Sabe-se que não há disponibilidade suficiente de arroz **agulhinha** para o abastecimento até o ingresso da próxima safra. No caso do arroz de **sequeiro**, apenas a **CFP** tem condições de suprir a demanda e talvez só até o fim do ano, o que cria expectativas quanto à chegada do produto importado (em novembro, ingressaram 80 mil t contratadas pela **Interbrás**), cujo preço deverá ser o principal referencial do mercado.

Apesar da estimativa de uma grande ampliação da área cultivada nesta safra (ver Quadro 03), as perspectivas do abastecimento não são tranqüilas. É certo que o altíssimo rendimento físico médio (para os padrões brasileiros), obtido na safra passada, não será alcançado outra vez.

Em virtude da estiagem, mesmo no caso do Rio Grande do Sul, em que quase todo o cultivo é irrigado, nota-se alguma ansiedade, pois as demais lavouras já apresentam perdas, em algumas bastante sérias, como sucede com o feijão. O plantio do arroz está praticamente encerrado, havendo atrasos na região de Santa Maria, notadamente em Restinga Seca e Candelária. O relatório mais atualizado do **Irga**, de 1º /12, estima que, até aquela data, dos 702.320 ha esperados para a semeadura, 653.506 já tinham sido cobertos. Segundo o **Depa-RS**, muitos agricultores, temerosos de que a falta de chuvas impeça a germinação das sementes, estão a provocá-la com a irrigação. Tal recurso pode produzir o efeito inverso, levando ao apodrecimento das sementes no solo. Havendo chuvas em dezembro, o problema terminará, pois os mananciais serão recuperados para a inundação, no momento necessário. A estimativa de produção do **IBGE** é de 3,19 milhões de t (3,21 milhões

ARROZ EM CASCA – PREÇOS MÉDIOS ANUAIS RECEBIDOS[1] PELOS PRODUTORES DO RIO GRANDE DO SUL, GOIÁS E MARANHÃO – 1972 A 1985[2]

(Cr$/kg) **GRÁFICO 03**



FONTE – FGV/IBRE/CEA e Conjuntura Econômica.

[1] Corrigido, pelo IGP-DI, para novembro de 1985;

[2] média janeiro-outubro.

QUADRO 03 – ARROZ EM CASCA – PRODUÇÃO DA SAFRA 1985/86 NO CENTRO SUL E RONDÔNIA

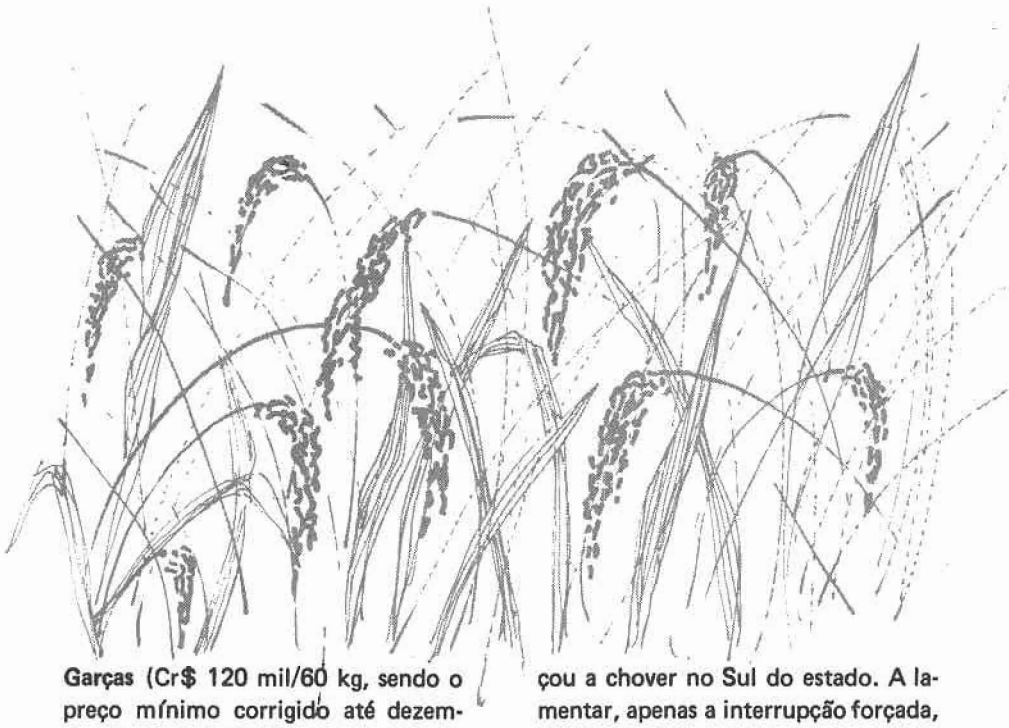
UNIDADE DA FEDERAÇÃO	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)
Rio Grande do Sul	743.286	3.236.600	4.354
Goiás	1.012.500	1.190.000	1.175
Minas Gerais	574.955	934.733	1.626
Mato Grosso	516.654	708.440	1.371
São Paulo	340.000	523.600	1.540
Santa Catarina	148.500	484.575	3.263
Mato Grosso do Sul	310.000	372.000	1.200
Paraná	215.000	311.750	1.450
Rondônia	147.851	229.760	1.554
Rio de Janeiro	37.148	122.588	3.300
Espírito Santo	38.082	117.178	3.077
Distrito Federal	8.000	9.600	1.200
TOTAL	4.091.976	8.240.824	2.014

FONTE – Prognóstico da Produção Agrícola do IBGE, novembro de 1985.

de t, em 1984/85).

No Centro-Oeste, a estiagem vem trazendo sérios prejuízos à agricultura e, dada a importância do arroz ali produzido, é preciso acompanhar atentamente o desenvolvimento das lavouras. De acordo com informações da **Cepa-MS**, o plantio parou em fins de novembro e, até meados de dezembro, ainda não havia chovido. Normalmente, o período de maior intensidade do plantio é o mês de novembro, mas há um grande atraso, tendo-se semeado 77% da área prevista (310 mil ha). Do que já foi plantado, calcula-se que 75% foram bastante prejudicados. A perdurar a situação, ter-se-á como última opção de plantio a soja, cujo calendário é mais elástico.

Em Mato Grosso, ainda se pode completar o plantio, esperado em 506 mil ha (foram colhidos 407 mil ha na safra anterior) mas há atraso no Sul do estado (até final de novembro plantou apenas 40% do previsto). Normalmente, encerra-se a semeadura em novembro, mas, este ano, deverá ocorrer em dezembro. O Sul, principalmente a zona de Rondonópolis, onde se cultiva também a soja, tem tido menor precipitação pluviométrica. Ao Norte, as chuvas são esparsas, mas constantes. Há um estímulo ao plantio nos bons preços hoje pagos. A **Emater** registrou uma média de Cr$ 97.500/60 kg na semana de 2 a 6/12, com o máximo em **Barra do Garças** (Cr$ 120 mil/60 kg, sendo o preço mínimo corrigido até dezembro de Cr$ 90.059/60 kg).



No maior produtor regional, Goiás, as informações ainda não estão consolidadas. Repetem-se as chuvas escassas, o atraso (a **Cepa** estima um plantio de 40% da área) e perdas, não quantificadas. Avalia-se que a área do **sequeiro** poderia chegar a 980 mil ha e a do irrigado a 32.500 ha. Como o plantio vai normalmente até 15/1, poderá haver a superação destes problemas.

Uma área que até o momento não apresentou maiores dificuldades é o Maranhão, em que se supõe que continuará a expansão do cultivo. As condições climáticas são consideradas muito boas e, desde outubro, começou a chover no Sul do estado. A lamentar, apenas a interrupção forçada, pelo início do regime de chuvas, das obras de recuperação da infra-estrutura viária, bastante danificada pelas enchentes do primeiro semestre.

O balanço de oferta e demanda do arroz maranhense (ver Quadro 04) espelha a amplitude da quebra da safra passada e, juntamente com os Gráficos 02 a 04, ilustra o porquê da atual ampliação do plantio. Os produtores mais tecnificados puderam colher melhor e beneficiar-se das cotações majoradas pela frustração da safra e os mais rústicos estão tradicionalmente ligados ao arroz, como fonte de subsistência e, por vezes, de algum rendimento monetário. Aliás, é tão forte a tradição arrozeira do estado

QUADRO 04 – ARROZ EM CASCA – BALANÇO DE OFERTA E DEMANDA NO MARANHÃO SAFRAS 1977/78 A 1983/84 (em t)

SAFRA	OFERTA			PERDA	CONSUMO			SALDO
	Produção	Estoque	Total		Humano	Sementes	Total	
1977/78	1.142.704	19.373	1.162.077	619.387	285.387	19.380	924.154	237.923
1978/79	1.070.190	29.357	1.099.547	586.058	291.506	20.661	898.225	201.322
1979/80	1.281.316	167.753	1.449.069	772.354	329.915	24.721	1.126.900	322.079
1980/81	721.966	10.828	732.794	390.579	343.772	25.190	759.540	–26.747
1981/82	1.610.094	79.877	1.689.971	900.754	351.367	28.752	1.280.873	409.098
1982/83	430.939	25.856	456.795	215.469	350.605	18.076	554.150	–127.355
1983/84	1.145.223	68.713	1.213.936	572.611	360.773	20.505	953.889	260.047

FONTE – Cepa-MA.

que há referências à dificuldade de obtenção de financiamento bancário para lavouras novas, como as da soja, que se estava expandindo no Sul maranhense.

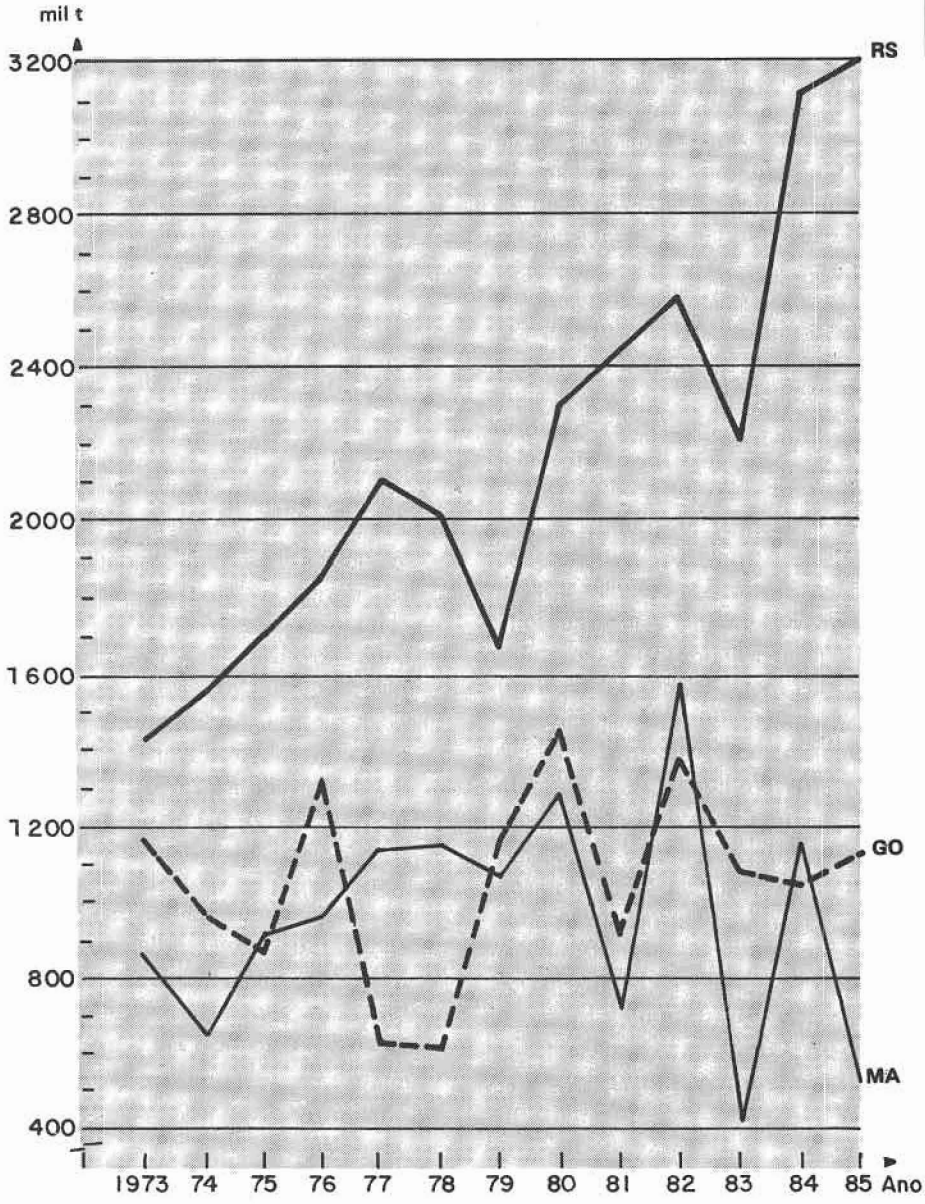
O Gráfico 04 apresenta o comportamento da produção nos três principais estados orizícolas, desde 1973. Observam-se as fortes oscilações das produções goiana e maranhense, capazes de provocar sérios desfalques na oferta, e a firme tendência ascensional da produção gaúcha (apenas três safras frustradas na série).

Se permanecerem as tendências até agora delineadas para a safra 1985/86, haverá problemas no abastecimento, no próximo ano. A comercialização não deverá ser truncada como a da safra passada, pois, embora tenha sido prorrogada até julho, a correção do preço básico, este ano, não superará os preços de mercado, diante das quebras esperadas. No entanto, embora tenha havido a prorrogação, os agricultores do Rio Grande do Sul continuam reivindicando a revisão do preço mínimo. Afinal, a produção irrigada do estado representará parcela ainda maior do total produzido no país, acarretando algum congestionamento na saída do produto.

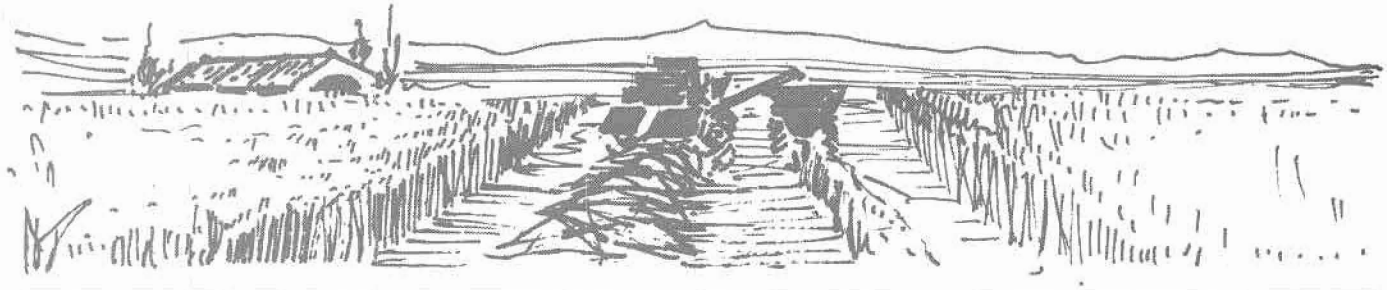
O consumo brasileiro de 1985 foi estimado em 9,4 milhões de t e a retomada da atividade do mercado interno, baseada na reposição, ainda que parcial, do poder aquisitivo perdido pela população em anos recentes, deverá ampliá-lo, em 1986. Isto aconselha que o incentivo à produção do arroz de **sequeiro**, ao invés de esporádico e casual, torne-se cada vez mais merecedor de uma estratégia específica.

ARROZ EM CASCA – PRODUÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL, GOIÁS E MARANHÃO 1973-85 (mil t)

GRÁFICO 04



FONTE – IBGE.



FEIJÃO

Esperava-se uma razoável expansão da área cultivada nesta safra, mas a primeira avaliação do IBGE, em setembro, já a estimou em apenas 1%, devido às quebras dos primeiros plantios. Atualmente, sabe-se que a extensão do cultivo será menor do que a do ano passado e que as importações são quase certas, em 1986.

O calendário do plantio do feijão das águas antecede o das demais lavouras temporárias. No mês de julho, têm início as semeaduras no Paraná e São Paulo, logo seguidas pela de Santa Catarina. No Centro-Sul, este é um período normalmente de escassa pluviosidade relativa, necessitando as plantações de chuvas na primavera, o que não ocorreu este ano.

Os feijoeiros foram os primeiros a sentirem os efeitos da estiagem e, em conseqüência, as estimativas de maior área plantada tiveram de ser várias vezes revistas. A avaliação do **IBGE** passou do otimismo inicial de uma área 1% maior, em setembro, quando já se sabia de alguma dificuldade no campo, à redução de 3,5%, contida no **Prognóstico da Produção Agrícola** de novembro (ver Quadro 05).

No principal estado produtor desta safra, o Paraná, a situação é grave. Até recentemente, supunha-se que as zonas produtoras de feijão **preto** estariam menos afetadas pela falta de chuvas, mas, aos poucos, percebeu-se que o prosseguimento da seca causara perdas generalizadas, atingindo o Sudoeste paranaense. As regiões de Francisco Beltrão e Pato Branco perderam, até meados de dezembro, 30 mil ha (10 mil na primeira e 20 mil na segunda). Segundo o **Deral-PR**, esperavam-se entre 83 mil t e 92 mil t em Francisco Beltrão e, agora, acha-se que a produção ficará em torno de 30 mil t. Em Pato Branco, previa-se que a colheita ficaria entre 36 mil t e 41 mil t (foram plantados 42 mil ha) e a estimativa atual é de 5 mil t. No conjunto do estado, a área cultivada atingiu o esperado no início das dificuldades climáticas: 650 mil ha. De acordo com a mesma fonte, já foram perdidos 111 mil ha e, dos 220 mil ha colhidos até meados de dezembro, obtiveram-se 78 mil t. A produção final da safra é prevista entre 200 mil e 220 mil t, o que, **de per si**, já representa um sério desfalque para o país, pois o consumo paranaense é de 150 mil t e a reserva de sementes deveria ser composta por 30 mil t, o que, praticamente, elimina as vendas para outros estados.

Em Santa Catarina, chuvas recentes, principalmente no Norte, poderão ter amenizado os problemas mas, segundo a **Cepa-SC**, teriam servido tão-somente para recompor a umidade do solo, sem força para recuperar o lençol freático. O plantio está completo, conforme dados do **IBGE**, e há estimativas de perdas de até 60% da safra, que chegaria a apenas 110 mil t (foram colhidas 229 mil t, na safra 1984/85). Estimava-se que a área semeada seria 10% maior, este ano, mas o plantio foi interrompido antes de o prazo recomendado encerrar-se (a maior parte do território planta até o fim de novembro e a região do Planalto poderia ir até meados de dezembro). Ainda há possibilidade de substituição pelo milho e a **Secretaria da Agricultura** tem detectado interesse dos agricultores na aquisição destas sementes.

No Rio Grande do Sul, cujo plantio se encerrou em agosto, as perdas são também elevadas. Levantamento efetuado por técnicos da **Emater**,

QUADRO 05 – FEIJÃO – REGIÕES E ESTADOS SELECIONADOS – PRODUÇÃO DA SAFRA 1985/86

DISCRIMINAÇÃO	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)
Sudeste	479.021	251.353	525
Minas Gerais	242.244	105.335	435
Espírito Santo	49.348	33.561	680
Rio de Janeiro	7.429	4.457	600
São Paulo	180.000	108.000	600
Sul	1.059.095	669.166	632
Paraná	625.000	360.000	576
Santa Catarina	265.000	190.800	720
Rio Grande do Sul	169.095	118.366	700
Centro-Oeste	32.600	14.690	451
Mato Grosso do Sul	15.000	7.500	500
Mato Grosso	11.300	4.285	379
Goiás	5.000	2.125	425
Distrito Federal	1.300	780	600

FONTE – IBGE, novembro de 1985.

CFP, Fecotrigo e Secretaria da Agricultura recolheu informações de quebras de 90% em Soledade, Sobradinho e Erechim (25 mil ha plantados, nesta última região). A região de Lajeado teria perdido 40% da safra e, em Passo Fundo, há referências à perda total das lavouras.

Como indicação da gravidade dos efeitos da seca sobre as plantações de feijão (cabe lembrar sua precariedade, pois 55% dos produtores gaúchos, segundo o Censo de 1980, usam apenas sementes comuns e nenhuma tecnologia) pode ser utilizada a movimentação dos armazéns das cooperativas: a de Erechim, que, no ano passado, havia recebido 34 mil sacas de 60 kg, até meados de dezembro, este ano nada recebeu no mesmo período; na de Sobradinho, que pode armazenar 100 mil sacas, esperam-se 40 mil sacas.

... as atenções voltaram-se para os estados nordestinos...

A situação dos estados sulinos é difícil e o problema se repete em São Paulo, terceiro produtor da safra das águas passada. Depois de uma boa safrinha de inverno (67,1 mil ha plantados e 71,4 mil t colhidas) a safra das águas, cuja área foi estimada, em setembro, em 218,1 mil ha, pelo Instituto de Economia Agrícola, está agora avaliada em 175 mil ha, com uma produção de 87 mil t.

Diante da quebra nestas regiões, as atenções voltaram-se, no curtíssimo prazo, para os estados nordestinos produtores nesta safra, principalmente a Bahia e, a seguir, para os estímulos (necessários, mas nem sempre adotados) ao plantio da safra da seca.

A produção baiana, até o momento, não frustrou as expectativas, supondo a Cepa local que a área cultivada possa superar os 414 mil ha hoje esperados (colheram-se 356 mil ha na safra anterior). Calcula-se que, até 17/12, cerca de 60% da área tinham sido semeados.

Houve fortes chuvas no início de dezembro, o que vem dificultando o preparo do solo e provocando perdas de brotos de quatro/cinco dias. A maior lentidão do plantio poderá significar maior facilidade à concessão de incentivos à expansão das lavouras, pois, de outra forma, a semeadura estaria encerrada em dezembro e não haveria tempo hábil para qualquer intervenção. Embora não seja recomendado pela assistência técnica, é possível que se plante durante o mês de janeiro, havendo disponibilidade de crédito e de sementes.

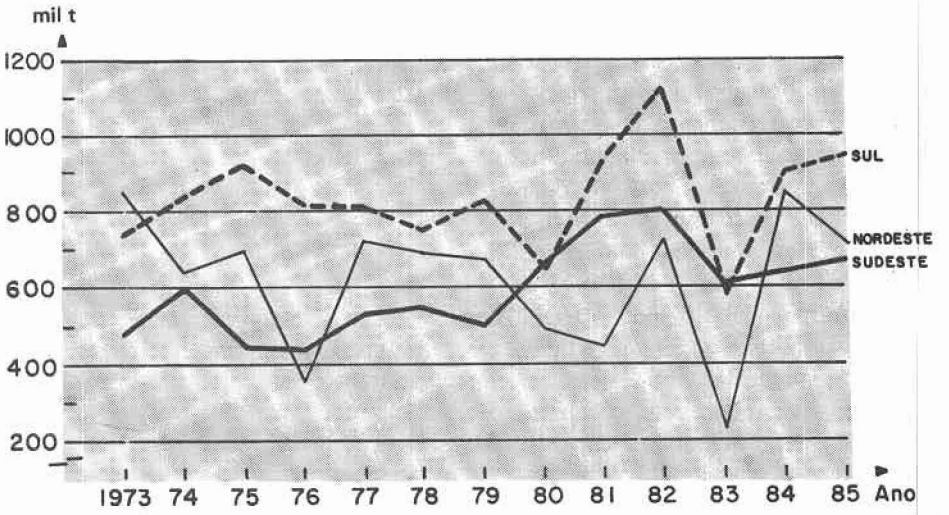
Caso se consiga motivar os agricultores, é boa a possibilidade de compensação das perdas do Sul do país. A Cepa chama a atenção para o fato de as estimativas oficiais do rendimento médio das lavouras basearem-se na média obtida nos últimos cinco anos, em que a seca afetou grandemente a agricultura regional. Por exemplo, em 1983/84, a produtividade física média do feijão baiano foi de meros 63 kg/ha, passando a 561 kg/ha, em 1984/85. Considera-se possível a obtenção de um rendimento físico entre 600 e 700 kg/ha, pois, em 1980, com condições excelentes, chegou-se à marca nunca igualada de 720 kg/ha.

No que se refere ao objetivo mediato, o plantio da safra da seca, há que decidir quanto aos estímulos via VBC's e preços básicos e buscar assegurar o acesso ao crédito. A disponibilidade de sementes é um gargalo a ser ultrapassado. No Rio Grande do Sul, por exemplo, o plantio da safrinha está prejudicado pelo alto preço deste insumo (de acordo com a CFP, em Candelária, grão da safra 1984/85 está sendo vendido, sem encargos, por Cr$ 400 mil a saca).

O pleno atendimento do abastecimento, em 1986 (já comprometido, no caso dos feijões de cores, que escassearão a partir de fevereiro), exige o êxito destas iniciativas. Afinal, o estoque oficial era, em 1º/11, de 330 mil t e a safra foi estimada, pelo IBGE, em novembro, em 935 mil t (esperavam-se 1,4 milhão de t) devendo reduzir-se ainda mais. Diante de um consumo de cerca de 2,8 milhões de t, vê-se que a safra da seca precisa ser excepcional, mas sua instabilidade (ver Gráfico 05) é notória.

FEIJÃO – PRODUÇÃO DAS REGIÕES NORDESTE, SUDESTE E SUL
1973-85 (mil t)

GRÁFICO 05



FONTE – IBGE.

MILHO

Ainda não se tem idéia da real necessidade de importações. Até meados do ano, o balanço de oferta e demanda do mercado interno sugeria um abastecimento tranqüilo e uma possível sobra de três milhões de t.

A seca verificada em áreas produtoras do Centro-Sul reverteu as expectativas iniciais de bom desempenho da safra 1985/86. Como os estoques detidos por particulares eram diminutos, as primeiras notícias de atraso das chuvas inquietaram os pequenos criadores de animais e as indústrias de rações, cujas reservas encontravam-se abaixo do considerado **normal**. O governo federal divulgou uma disponibilidade em estoques, no início do segundo semestre, de cerca de 2,5 milhões de t, mas suas vendas deram-se com certo atraso, colaborando em favor da especulação no mercado atacadista. Reinava, também, a suspeita de que a reserva fosse inferior à divulgada. A ampliação da quantidade posta à venda e a descentralização dos leilões foi decidida somente em fins de agosto (ver Quadro 06).

Os preços no mercado atacadista subiram rapidamente (ver Gráfico 06), levando à decisão governamental, no início de novembro, de importar 400 mil t, a serem entregues em janeiro de 1986.

Até o início de dezembro, as avaliações da influência da estiagem sobre a safra revelam que haverá um atraso considerável na colheita e indicam que a disponibilidade do produto em 1985/86 será inferior ao estimado inicialmente. As medidas de emergência contra os efeitos da seca, aprovadas pelo **Conselho Monetário Nacional**, em novembro, estimularam o replantio, que foi empreendido por muitos agricultores, mas permanecem dúvidas quanto ao resultado desta semeadura fora do prazo ideal. Além do mais, esmoreceu a suposição de que as perdas nas culturas do feijão e do algodão poderiam acarretar o plantio do milho, uma vez que, ao perdurar a seca, esgotou-se o prazo recomendado para o plantio do cereal.

Em São Paulo, o **Instituto de Economia Agrícola** estimou, numa primeira avaliação, que a área perdida com milho alcançaria 16% do total já semeado. Recentemente, recomeçou a chover no estado, permitindo o replantio, mas, ainda assim, espera-se diminuição de, pelo menos, 10% do rendimento, devido às implicações do atraso da semeadura. Os cotonicultores paulistas, que perderam a produção devido à estiagem, estão optando pelo plantio da soja ao do milho, devido ao prazo mais extenso da semeadura desta lavoura.

No Paraná, ainda não se quantificaram as perdas, já que o replantio pode prosseguir até 15 de dezembro. De qualquer forma, como a **safrinha** de inverno (plantio em fevereiro) tem dado bons resultados, os agricultores estão confiantes de que ainda poderão obter uma colheita razoável na safra **normal**, a despeito do considerável atraso na semeadura e de a seca estar propiciando o aparecimento de lagartas. Registram-se casos de cotonicultores que, diante das perdas registradas no plantio, estão preferindo milho e soja. As últimas informações do **Deral** dão conta de que a

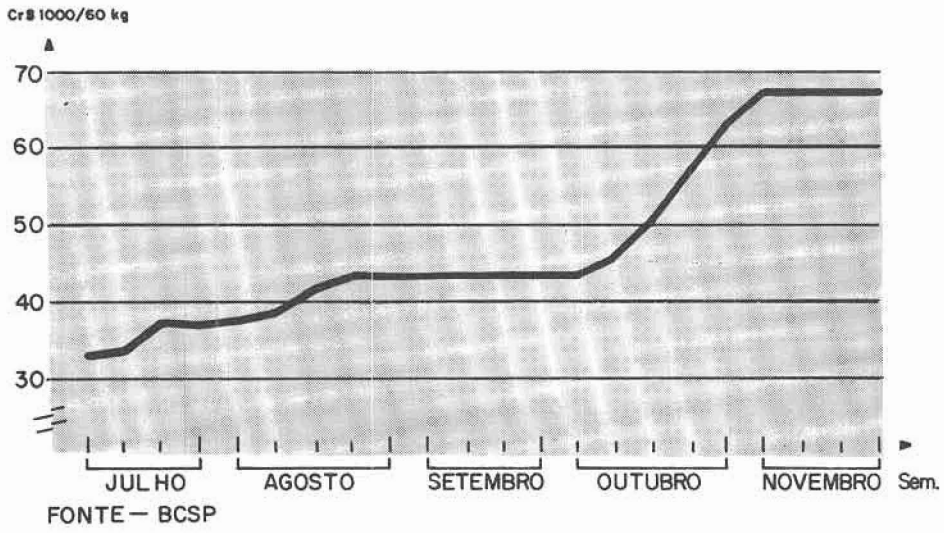
QUADRO 06 – MILHO – BRASIL – QUANTIDADE OFERTADA E VENDIDA NOS LEILÕES MENSAIS DA CFP – JULHO A NOVEMBRO DE 1985
(em t)

MÊS	OFERTADA	PROCEDÊNCIA	VENDIDA
Julho	5.000	nacional	5.000
Agosto	254.769	nacional	246.876
Setembro	503.006	nacional	447.669
	61.000	importado	31.917
Outubro	489.563	nacional	448.545
	74.523	importado	25.893
Novembro	666.445	nacional	591.097
	17.202	importado	13.375
	162.800[1]	importado[1]	118.823[1]

FONTE – CFP.
[1] entrega futura.

MILHO – PREÇO MÉDIO SEMANAL NA BOLSA DE CEREAIS DE SÃO PAULO JULHO A NOVEMBRO DE 1985 (Cr$ 1.000/60 kg)

GRÁFICO 06



FONTE – BCSP

área semeada com o milho, na safra denominada **normal** (sem a **safrinha** de inverno), é de 2,4 milhões de ha, significando a obtenção de 5,8 mi-milhões de t (situação semelhante à de 1984/85).

Devido ao retardamento do replantio, espera-se uma diminuição de 10% na produtividade física em Santa Catarina, onde inicialmente eram esperados 2.500 kg/ha. Como a área estava calculada pela **Cepa/SC** em 8% superior à de 1984/85, estima-se uma oferta do produto próxima aos 2,2 milhões de t obtidas na safra anterior. Neste caso, será necessário que o estado adquira cerca de 400 mil t de milho fora de suas fronteiras, para complementar o abastecimento.

No Rio Grande do Sul, a estiagem vem ocasionando perdas consideráveis nas lavouras do milho e do feijão, mas ainda não se quantificaram os prejuízos. A **CFP** estima que 10% do chamado **milho do cedo** (que corresponde a 40-50% do total da safra) estejam perdidos, podendo haver replantio até meados de dezembro. Verifica-se escassez de sementes de variedades tardias, o que poderá levar muitos agricultores gaúchos a optarem pela soja, que conta com maior prazo de semeadura.

Entre os mais importantes estados produtores no Centro-Sul, Minas Gerais encontra-se em melhor situação. As regiões de maior concentração de plantio não chegaram a sofrer com a estiagem, e a semeadura não atrasou tanto quanto as dos demais. As avaliações mais recentes da **CFP** dão conta de que 4,6% da área total (72 mil ha) foram afetados pela seca, mas o reinício das precipitações possibilitou o replantio, não havendo problemas de oferta de sementes.

A situação das lavouras do Centro-Oeste é semelhante à das demais regiões produtoras. Segundo o levantamento do **IBGE** anterior à pior fase da estiagem, o aumento de área esperado para o presente ano-safra era de 21%, enquanto o rendimento estava previsto em nível 5,5% menor do que o de 1984/85. O aumento esperado de 15% na produção está ameaçado pelo fato de o rendimento poder vir a se reduzir ainda mais. Especialmente no caso de Goiás (65% da área semeada com milho no Centro-Oeste), o plantio, no início da seca, havia coberto 70% da área total pretendida, não devendo haver necessidade de replantio. As perdas de produtividade física estão avaliadas, até o momento, entre 5% e 10%, dependendo, no entanto, das condições meteorológicas, em razão da melhor técnica aplicada às lavouras no estado. Ainda há dúvidas quanto à destinação da área que não chegou a ser ocupada com o milho, mas o agricultor goiano não teria dificuldades para a colocação da soja, cultura que conta com boa oferta de semente na região.

De acordo com levantamentos recentes, o Centro-Sul está em vias de colher 18,9 milhões de t de milho no atual ano-safra, 7% a menos do que a estimativa de antes da estiagem. Esta menor disponibilidade (1,4 milhão de t) alertou o governo federal para a necessidade de aumento imediato das importações, que, até fins de novembro, estavam limitadas às mencionadas 400 mil t, para entrega futura, em janeiro, de forma a garantir o abastecimento interno até o início da colheita. Não há, ainda, um consenso quanto à quantidade necessária para o pleno atendimento do mercado. Estima-se que o total comprado no exterior possa alcançar um milhão de t.

Resta saber até que ponto o mercado realmente enfrenta uma fase de escassez ou se a substancial alta recente dos preços contém, antes de tudo, um forte componente especulativo. Afinal, em meados do ano, o balanço de oferta e demanda sugeria tranqüilidade no abastecimento e perspectiva de uma sobra de mais de 3 milhões de t. Se, diferentemente, tem-se registrado falta, é porque o consumo interno, neste ano, superou largamente as expectativas, crescendo mais do que os 7% esperados pela **CFP** (ver **Agroanalysis** vol. 9 nº 10). Esta reação seria originária da expansão de 9% da produção avícola, do maior uso de rações na bovinocultura (face às más condições das pastagens) e na suinocultura.

SOJA

As áreas perdidas ou não semeadas, devido à estiagem no Centro-Sul, poderão ser cultivadas com soja. A colheita será retardada e talvez seja necessário importar mais óleo. No mercado externo, mudanças na política agrícola dos **EUA** *podem provocar novas quedas nas cotações.*

Os prognósticos para o plantio da atual safra encontravam-se, no final de novembro, mais incertos do que de costume. A região Centro-Sul foi afetada por prolongada seca, que provocará expressiva redução na oferta de algodão, feijão das águas e milho. A verdadeira dimensão dos prejuízos e a amplitude das alterações nas intenções dos agricultores só deverão ser completamente conhecidas após os levantamentos efetuados em dezembro, quando se encerra a semeadura da maior parte das lavouras.

Sabe-se, até o momento, que, com intensidades variadas, Paraná, São Paulo, Mato Grosso do Sul e, posteriormente, o Rio Grande do Sul, receberam menos chuvas do que o necessário para plantar e, em alguns casos, para a germinação das lavouras semeadas mais cedo. Em função do calendário agrícola, áreas perdidas ou não semeadas, por causa da estiagem, poderão ser cultivadas com soja.

Os problemas gerados pela seca, no entanto, são mais amplos. O atraso do plantio leva à diminuição das produtividades físicas médias e concentra toda a safra num só período, tornando-a excessivamente vulnerável a eventuais problemas climáticos, ao longo de seu desenvolvimento. Isto porque se recomenda plantar espaçadamente as variedades, o que faz com que uma seca em janeiro ou fevereiro, por exemplo, afete as lavouras em estágios diferentes, reduzindo os prejuízos.

Adicionalmente, a colheita será retardada, o que obriga um maior cuidado com o abastecimento, até a entrada das safras no mercado. No caso da soja, talvez se tenha necessidade de importar pequena quantidade de óleo, além das 150 mil t já adquiridas.

O efeito global da seca, no que se refere à soja, até agora, parece ser o aumento de seu plantio, comparado com as primeiras estimativas, realizadas em outubro.

As informações relativas às áreas semeadas nos diversos estados ainda são contraditórias. Inicialmente, previam-se retrações em todos os estados, exceto Mato Grosso (ver Quadro 07), conforme registra o **Prognóstico da Produção Agrícola**, do **IBGE**, de outubro de 1985. Possivelmente, porém, isto não vai ocorrer. No Paraná e em São Paulo, por exemplo, fala-se na possibilidade de repetição da área de 1984/85 e em Mato Grosso do Sul, há dúvidas se o atraso no plantio favorecerá o arroz ou a soja.

A manutenção da área, por sua vez, acontece num momento em que os preços no exterior encontram-se em patamar muito baixo. As dificuldades geradas internamente pelos preços retraídos no mercado internacional, em 1985, são conhecidas. O governo acabou adquirindo elevadas quantidades de soja em grão, especialmente nos estados centrais, pois o preço mínimo de garantia era superior aos preços de mercado, naquela região.

Para 1986, não se antevê um quadro

QUADRO 07 – SOJA – ÁREA PLANTADA E ÁREA COLHIDA NOS PRINCIPAIS ESTADOS PRODUTORES – 1984/85 – 1985/86
(1.000 ha)

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	ÁREA COLHIDA 1984/85	ESTIMATIVA DE ÁREA PLANTADA 1985/86	VARIAÇÃO PERCENTUAL
Rio Grande do Sul	3.637	3.548	–2,5
Santa Catarina	420	410	–2,4
Paraná	2.197	2.100	–4,4
São Paulo	496	480	–3,2
Minas Gerais	447	425	–5,0
Mato Grosso do Sul	1.308	1.250	–4,4
Mato Grosso	798	822	3,0
Goiás	734	622	–15,3
Distrito Federal	45	40	–12,0
TOTAL[1]	10.082	9.697	–3,8

FONTE – IBGE.

[1] **Exclui os estados do Maranhão e Bahia, para os quais ainda não há prognóstico de área e produção da soja 1985/86.**



mais favorável. Os norte-americanos estão colhendo 58 milhões de t de soja neste outono (Hemisfério Norte) e encontram-se prestes a modificar sua legislação referente à política agrícola, o que poderá fazer cair ainda mais os preços na Bolsa de Chicago (EUA). O Senado daquele país aprovou uma proposta que, no ano comercial 1985/86, mantém em US$ 5,02/**bushel** o preço-suporte, mas abre ao agricultor a possibilidade de receber o pagamento de US$ 35/**acre** (o que equivale aproximadamente a US$1/**bushel** produzido), se esse produtor não utilizar o sistema oficial de empréstimos. Além disso, se o projeto conjunto da Câmara e do Senado for sancionado pelo presidente Reagan, os preços-suporte de 1986 a 1989 serão fixados em 75% dos preços médios dos últimos cinco anos, descontados o maior e o menor valor. Com base nessa fórmula, o preço-suporte, em 1986, situar-se-á próximo aos US$ 4,40/**bushel**.

As vantagens dessa nova sistemática, do ponto de vista dos norte-americanos, são várias: garante aos agricultores o suporte de renda de que eles necessitam, ao mesmo tempo em que os preços se retraem, abrindo espaço para um incremento na demanda por produto dos **EUA**, cujo governo reduzirá, dessa forma, seus gastos com financiamento e estocagem de soja.

Com o novo sistema, o patamar de preços deverá ficar entre US$ 4 e 4,5/**bushel** e provocar sérios problemas aos demais ofertantes de soja no mercado internacional.

Este é exatamente o caso do Brasil, onde as quedas adicionais das cotações do mercado externo as aproximam perigosamente dos custos internos de produção. Isto pode significar, pelo menos na próxima safra, a necessidade de expressiva intervenção governamental na comercialização, pois pode-se repetir o ocorrido em 1985, quando o preço mínimo, em algumas regiões, ficou acima dos preços de mercado.

Assim, considerando a transformação da proposta do Congresso norte-americano em lei e o comportamento do mercado nos próximos meses, o governo brasileiro terá que reformular a política de preços mínimos para a safra 1986/87. Talvez seja aconselhável, também, reduzir o suporte de preços aos agricultores ou diferenciá-los por região, para não ser obrigado a adquirir quantidades crescentes no Centro-Oeste ou, eventualmente, subsidiar a comercialização nos mercados interno e externo.

Essa, evidentemente, é uma questão delicada. De um lado, não há razão para se imaginar que o governo brasileiro deva subsidiar a produção de soja e menos ainda seu crescimento. De outro, entretanto, a pressão dos estados produtores deverá ser forte, no sentido de se garantir a viabilidade da produção, pois é com base nela que tem crescido a ocupação de vastas áreas do Brasil Central, e tem-se gerado prosperidade econômica em estados como Mato Grosso, por exemplo.

Neste momento, a preocupação se concentra na safra. São necessárias boas chuvas em dezembro, para que se complete o plantio e as sementes possam germinar. A partir de março, no entanto, a questão dos preços prevalecerá, tanto por parte dos produtores quanto do governo.

OS PROGRAMAS NORTE-AMERICANOS PARA A SOJA

A soja foi incluída pela primeira vez no programa de empréstimo e aquisição do governo dos EUA, em 1977, sob o **Food and Agriculture Act.**

A **Lei Agrícola** de 1981 instituiu que o Secretário de Agricultura norte-americano estabeleceria o nível dos preços de empréstimo em 75% da média dos preços recebidos pelos produtores nos últimos cinco anos, exluindo-se o maior e o menor valores, fixando um patamar mínimo de US$ 5,02/**bushel.**

A soja, por outro lado, nunca esteve sujeita a programas de redução de área tais como o **Acreage Reduction, Paid Land Diversion, Set Aside** ou **Payment in Kind (PIK).** A adesão a esses programas era condição necessária para que os produtores de algodão e de cereais pudessem ter direito à participação nos programas oficiais de empréstimo e estocagem do governo norte-americano.

Ficou estabelecido, também, que a soja não seria incluída no programa oficial de reserva nem seriam autorizados pagamentos de estocagem aos produtores.

SUCO DE LARANJA

Espera-se que a receita das exportações do suco cítrico fiquem, este ano, 44% abaixo do obtido em 1984. No ano passado, porém, uma conjugação inusitada de fatores levou a uma arrecadação recorde e este ano, apesar da queda, ter-se-á a segunda maior receita.

Após oito meses de negociações, parece ter sido, afinal, acordado pelos industriais e produtores o preço da laranja, em São Paulo, o que normalmente se dá em meados de cada ano. Anulado o acordo de setembro, somente no início de novembro o **Ministério do Planejamento** conseguiu encaminhar um outro, assinado por representantes das indústrias que compõem a **Associação Brasileira das Indústrias de Sucos Cítricos (Abrassucos)** e parte dos produtores. Os demais interessados discordaram da redução estabelecida, de 100 mil t, da quota de exportação de 1985/86 (o mais recente levantamento indica que a produção de laranja de São Paulo, em 1984/85, deverá ficar próxima a 230 milhões de caixas de 40,8 kg e a indústria deverá absorver cerca de 190 milhões). O novo acordo prevê o preço de US$20 mil/caixa, menos o sinal que tenha sido dado e 50% do **ICM**. O pagamento será efetuado em três parcelas, vincendas em 30, 60 e 90 dias, a partir da existência de saldo credor favorável aos produtores. As indústrias dissidentes, agora aglutinadas na **Associação Nacional das Indústrias Cítricas (Anic)**, também liquidarão seus débitos dessa forma. A redução imposta pela **Cacex**, segundo as empresas do ramo, prejudicará produtores e industriais brasileiros, pois beneficiará diretamente os países estrangeiros concorrentes no mercado internacional, cujo crescimento da produção de suco poderá ser viabilizado com a permanência de cotações elevadas.

Uma comissão, constituída de produtores, industriais e representantes da **Cacex**, acompanhará sistematicamente toda a atividade citrícola. Seus trabalhos deverão ater-se à evolução do mercado externo, especialmente no que concerne ao consumo e aos preços. Internamente, a comissão deverá estudar e propor formas capazes de impasses como os deste ano, que prejudicaram os produtores menores, impossibilitados de fazer frente aos interesses da indústria e dos grandes produtores. Os preços recebidos pelos citricultores paulistas, segundo o **USDA** (ver Quadro 08), situaram-se bem abaixo dos recebidos pelos produtores da Flórida, muito embora em 1984 e 1985 tenham praticamente dobrado. Deve-se ressaltar que, existindo um acordo válido para todos os produtores, os maiores sempre conseguem melhores preços. Além disso, geralmente obtêm rendimentos agrícolas bem superiores aos da grande maioria. Os dados do **Censo Agropecuário de 1980** ilustram a questão.

Em 1980, São Paulo tinha 40.228 citricultores, sendo que cerca de 70% deste total só produziram 23% da safra, naquele ano. As propriedades de 26.997 agricultores ocupavam uma área média que variava de 2 ha a 49 ha, sendo que a concentração ocorria na faixa de 10 ha a 40ha. Agregando-se os dados sobre o tamanho das propriedades, a concentração da produção se torna ainda mais evidente, pois, na faixa de 10 ha a 99 ha, existiam naquele ano, 23.822 citricultores (60% do total) cuja produção chegava a 36% do total. No grupo de área de 100 ha a 499 ha, existiam 5.563

QUADRO 08 – SÃO PAULO E FLÓRIDA – LARANJA – PREÇOS RECEBIDOS PELOS PRODUTORES – 1975/76-1983/84
(US$/caixa)

ANO COMERCIAL	SÃO PAULO	FLÓRIDA
1975/76	0,85	1,77
1976/77	2,00	2,17
1977/78	1,72	4,14
1978/79	1,70	4,66
1979/80	1,65	3,72
1980/81	2,12	4,04
1981/82	1,27	4,28
1982/83	0,97	5,15
1983/84	2,10	4,96

FONTE – Foreign Agricultural Service, USDA e Statistical Reporting Service, USDA.
Obs.: Preços recebidos pela fruta na árvore. Os custos de colheita e transporte são pagos pelas indústrias.

produtores, que respondiam, no entanto, por 38% da safra. No grupo seguinte, de 500 ha a 999 ha, apenas 1,6% dos produtores respondiam por 13% da safra. O grupo de 1.000 ha a 4.999 ha, que agregava apenas 0,8% dos citricultores, foi responsável por cerca de 11% da safra. Segundo a área de colheita, 72% dos citricultores produziram em pomares inferiores a 10 ha, enquanto 15% colheram cerca de 50% da produção em plantios situados na faixa de 10 ha a 99 ha e 31% da produção foram obtidos em pomares que variavam de 100 ha a 499 ha, por apenas, 1,4% dos produtores. Naquele ano, 44 citricultores foram responsáveis por 12% da produção, com pomares superiores a 500 ha.

Assim, os dados comprovam a suposição de que mais da metade dos citricultores paulistas não conseguiram, nos últimos anos, auferir os elevados ganhos obtidos pelos maiores produtores, via preço diferenciado, antecipações mais generosas ou prazos de pagamentos menores. Este, aliás, foi o motivo da cisão dentro da **Associação Paulista dos Citricultores (Associtrus)** uma vez que as lideranças, que representavam em geral a grande produção, negociaram um acordo, com o **Ministério da Fazenda,** prejudicial aos citricultores de menor porte, visto que eles no final de 1984, receberam os menores adiantamentos.

A comissão recém-criada tentará eliminar esta discriminação, além de fomentar um diálogo maior entre produtores e industriais. A publicação de dados e informações díspares, como as divulgadas durante os vários meses de **negociações** por ambas as partes, além de aumentar o conflito, deixa dúvidas sobre os problemas reais enfrentados pelos dois lados. Dentre aquelas informações, uma das mais importantes, que representou, em última análise, o cerne da questão, refere-se ao custo total de produção de uma tonelada de suco. Em recente trabalho, o **USDA** (ver Quadro 09) estima o custo total da indústria em US$ 960,11/t, isto sem incluir a receita dos subprodutos e considerando-se o preço de US$ 2/ caixa pago ao produtor (rendimento de 3,9 kg suco/caixa). Deve-se ressaltar que, ainda que o preço recebido pelos produtores chegue a US$ 2,6/ caixa, a indústria poderá continuar operando com lucro razoável.

QUADRO 09 – SÃO PAULO – ESTIMATIVA DO CUSTO DE PRODUÇÃO DO SUCO CONCENTRADO DE LARANJA PARA O ANO COMERCIAL DE 1985/86

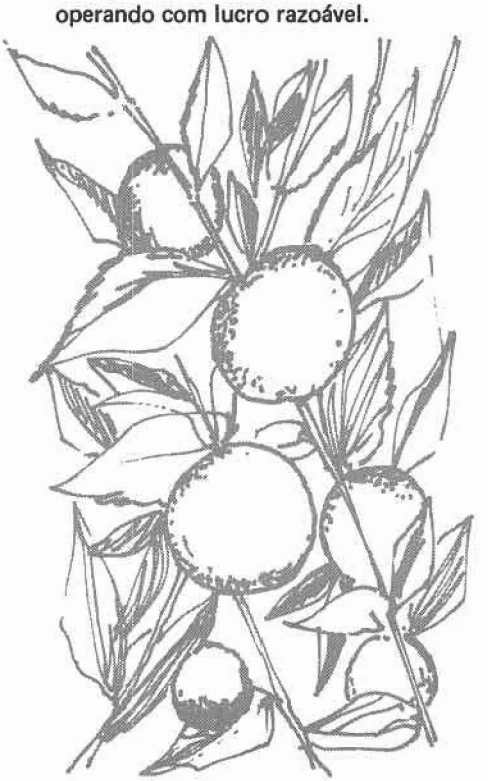
PRINCIPAIS ITENS DO CUSTO INDUSTRIAL	US$/LIBRA-PESO DE SÓLIDO SOLÚVEL	US$/t A 65º BRIX
Fruta[1]	0,36	515,9
Colheita e transporte	0,09	129,0
Processamento[2]	0,17	243,6
Imposto de exportação[3]	0,05	71,6
Custo total	0,67	960,1

FONTE – USDA.

1 Considerando preço recebido pelo produtor de US$ 2/cx na árvore e rendimento de 3,9 kg de suco/cx;

2 inclui o tambor e o transporte até o Porto de Santos. A receita dos subprodutos não foi considerada.

Obs.: Descontando-se do custo total a receita dos subprodutos, de aproximadamente US$ 115/t, restariam US$ 845/t.



Dessa forma, mesmo exportando a um preço de US$ 1.150/t, e considerando-se uma receita de subprodutos em torno de US$ 115/t, a indústria continuará tendo lucro, ao contrário do que se propagou recentemente, ou seja, que o preço da matéria-prima será igual ao preço mínimo de registro. Isto significaria que os industriais que concordaram com a proposta do **Ministério do Planejamento** iriam ter em cada tonelada de suco produzida e exportada um prejuízo em torno de US$ 250/t.

Mercado internacional

A primeira estimativa da safra de laranja da Flórida (1985/86), divulgada em meados de outubro, revelou uma avançada recuperação dos pomares. A produção esperada para o próximo ano deverá ser 25% superior à obtida em 1985.

O reflexo imediato da avaliação foi a queda contínua das cotações na **Bolsa de Mercadorias de Nova Iorque,** que chegou a cerca de 8%, na segun-

da metade de outubro. A redução das cotações não encontra, porém, explicação no tamanho da safra, pois, mesmo que a produção alcance os 132 milhões de caixas, ainda assim será menor do que a safra 1969/70. Ou seja, a produção da Flórida retornará ao patamar do final da década de 60 (ver Gráfico 07).

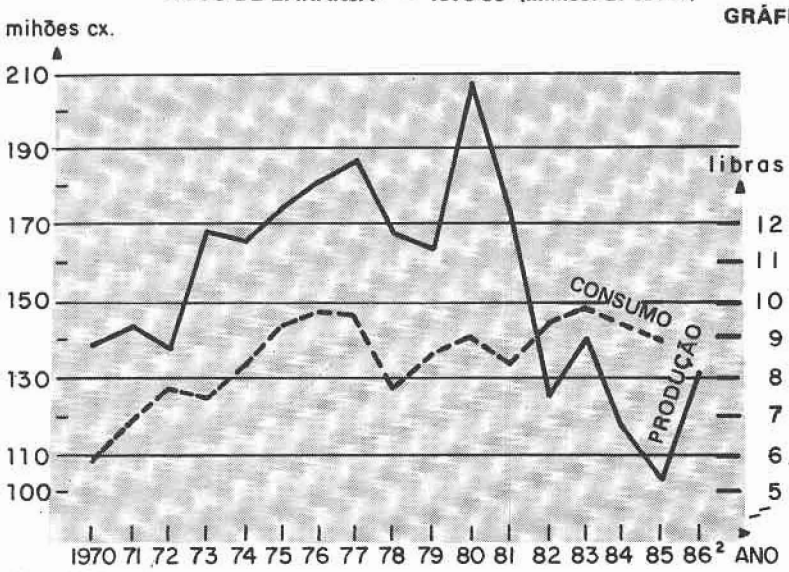
Na realidade, o declínio das cotações médias, a partir do primeiro trimestre do ano, reflete a associação de fatores que corroeram a base de suporte dos preços, desde o início de 1985. A geada, que mais uma vez castigou os pomares norte-americanos no ano passado, reduziu a colheita da Flórida a apenas 105 milhões de caixas, elevando os preços do suco no mercado interno norte-americano, que subiram 34% no atacado e 18% no varejo (ver Gráfico 08).

Após vários anos de aumentos moderados, o crescimento do ano passado provocou redução do consumo final (–14%), o que fez aumentar os estoques atuais em cerca de 50%, se comparados com o patamar de um ano atrás (ver Quadro 10).

A exemplo do que ocorreu nos EUA, também o consumidor europeu reduziu a demanda pelo suco de laranja. Os elevados preços mínimos de registro fixados pela Cacex para o ano comercial 1984/85, associados à valorização crescente do dólar norte-americano frente às principais moedas européias, tornaram o suco brasileiro muito caro para o consumidor europeu. Assim, houve substituição do suco de laranja por produtos alternativos, até de produção local, como o suco de maçã, resultando numa drástica redução das vendas brasileiras para aqueles mercados. A Europa Ocidental, que adquiria mais de 40% das exportações, nos últimos cinco anos reduziu sua participação relativa de forma acentuada, para cerca de 5%. Em contrapartida, o mercado norte-americano passou a absorver, em média, a partir de 1982, perto de 55% do total exportado, sendo que, em 1984, sua participa-

EUA – PRODUÇÃO DE LARANJA NA FLÓRIDA E CONSUMO PER CAPITA DE SUCO DE LARANJA[1] – 1970-85 (milhões de caixas)

GRÁFICO 07



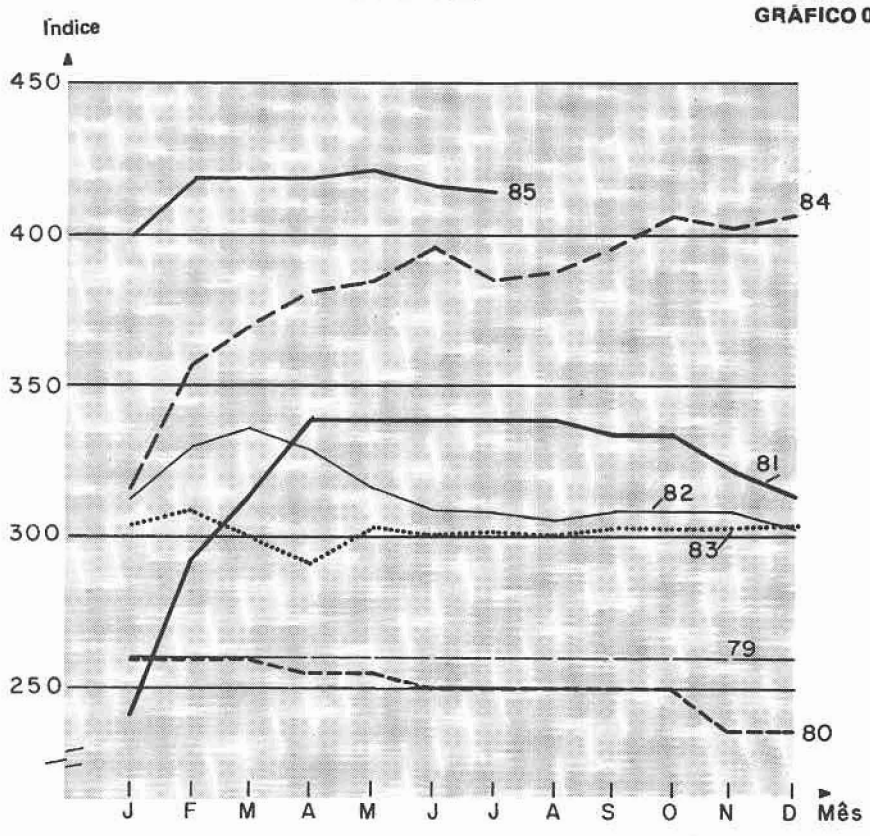
FONTE – USDA.

1 Inclui suco concentrado e suco pronto para o consumo (equivalente em laranja). Para 1983, 1984 e 1985, os números são provisórios;

2 1ª estimativa, de outubro de 1985.

EUA – PREÇOS DO SUCO CONCENTRADO DE LARANJA NO ATACADO – 1979-85 (1967 = 100)

GRÁFICO 08



FONTE – Bureau of Labor Statistics, Department of Labor.

ção chegou a 63% do total (ver Gráfico 09).

As exportações brasileiras de suco, de janeiro a outubro, registraram uma receita de US$ 635 milhões, o que significa uma queda de 39% em relação ao mesmo período de 1984 (388 mil t em 1985, contra 702 mil t em 1984), e não deverão fechar o ano com um total superior a US$ 780 milhões, cifra 44% menor do que a obtida em 1984. Deve-se ter em mente que a utilização do ano de 1984 para comparações pode implicar resultados enganosos, uma vez que o recorde conseguido no ano passado ocorreu em função de um somatório de fatores que, provavelmente, tardarão a se repetir. A receita das exportações deste ano, embora bastante inferior à de 1984, representa ainda a segunda maior arrecadação com o produto, mas a quantidade retorna a um patamar inferior ao de 1981.

Para que se obtenham os US$ 780 milhões esperados, deverão ser vendidas, no último bimestre, cerca de 125 mil t, já que o preço mínimo de registro foi reduzido recentemente para US$ 1.150/t, em função da queda das cotações na **Bolsa de Mercadorias de Nova Iorque.** O preço médio de exportação este ano, que, até outubro, era de US$ 1.636/t (US$ 1.442/t no ano passado), irá reduzir-se de agora em diante, devido ao novo preço mínimo fixado pela **Cacex.**

A fim de manter as cotações internacionais no atual patamar, a **Cacex** resolveu também reduzir em 100 mil t a quota total de exportação do ano comercial 1985/86, que era de 605 mil t anteriormente. Assim, como a produção de suco deverá ficar entre 680 mil e 720 mil t, o estoque final de 1985/86, em junho do próximo ano, deverá situar-se entre 175 mil e 215 mil t, se apenas se exportar a quota fixada. Caso se confirme a diminuição da quantidade exportada, esta trará grandes prejuízos à indústria e aos produtores, que te-

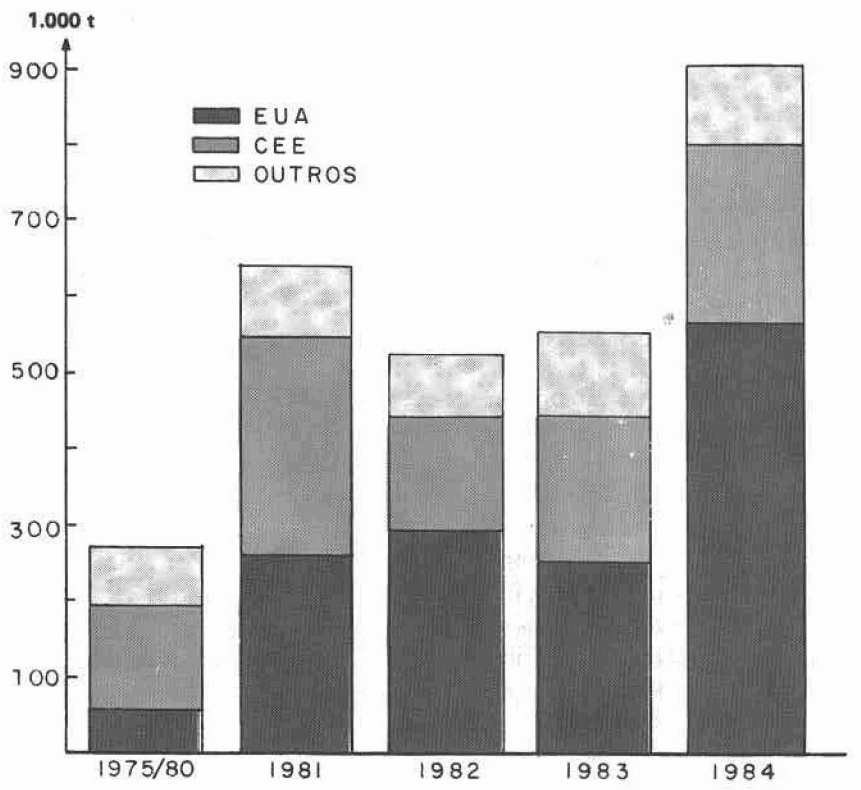
QUADRO 10 - FLÓRIDA – SUCO CONCENTRADO DE LARANJA – BALANÇO DE OFERTA E DEMANDA – 1980/81-1984/85
(mil galões)

ANO	ESTOQUE INICIAL	PRODUÇÃO[1]	OFERTA TOTAL	CONSUMO	ESTOQUE FINAL
1980/81[2]	57.300	249.600	306.900	240.500	66.400
1981/82	69.000	214.900	283.900	230.500	53.379
1982/83	53.379	228.423	281.802	238.978	42.824
1983/84	42.824	239.907	282.731	228.332	54.420
1984/85[3]	54.420	185.439	239.859	145.096	94.762

FONTE – Florida Citrus Processores Association.
[1] Inclui importações; [2] após 1981/82, suco a 42º Brix. No período anterior, 43,4º Brix; [3] os dados referentes a produção, oferta total, consumo e estoque final referem-se ao período de 1º de novembro a 3 de agosto, sendo que para 1983/84 eles eram de 185.692, 228.516, 154.535 e 73.984, respectivamente.

BRASIL – EXPORTAÇÕES DE SUCO CONCENTRADO DE LARANJA, SEGUNDO OS PRINCIPAIS MERCADOS CONSUMIDORES – MÉDIA 1975/80 E 1981-84
(1.000 t)

GRÁFICO 09



FONTE – Fruit Outlook and Situation.

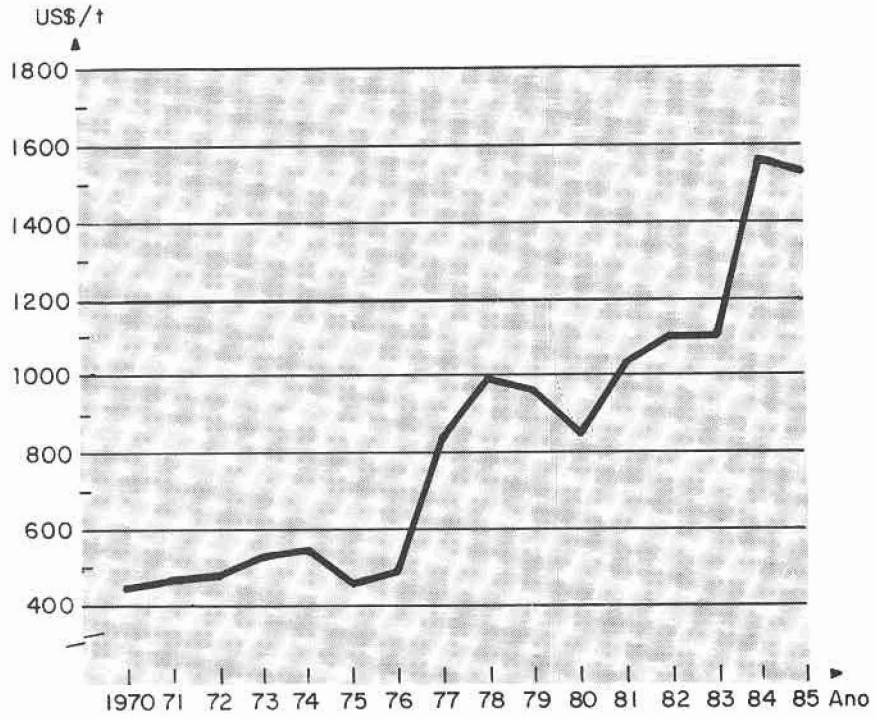
rão que comercializar a safra no próximo ano partindo de um estoque ponderável. A redução da quota pretende garantir no momento o preço mínimo de US$ 1.150/t, mas significará, no médio prazo, o aumento dos excedentes, se nova geada não prejudicar a safra norte-americana.

O preço praticado pelo Brasil, do terceiro trimestre de 1984 até meados deste ano (US$ 1.800/t), só foi possível graças à escassez que caracterizou o mercado mundial, à pequena safra da Flórida e aos baixos estoques mundiais. A recuperação parcial da produção norte-americana, associada à queda do consumo, alterou o quadro e fez cair os preços sistematicamente. Estes, embora tenham-se reduzido bastante, continuam elevados, quando comparados com a média dos últimos anos. Por exemplo, o preço médio de exportação do Brasil, que, em 1970, foi de US$ 440,3/t, alcançou seu máximo no ano passado, chegando a US$ 1.564,7/t, valor do qual deverá aproximar-se este ano (ver Gráfico 10). A média das cotações internacionais, por sua vez, deverá também situar-se bem acima da média dos últimos anos, à exceção de 1977 e 1984, quando as geadas fizeram crescer os preços.

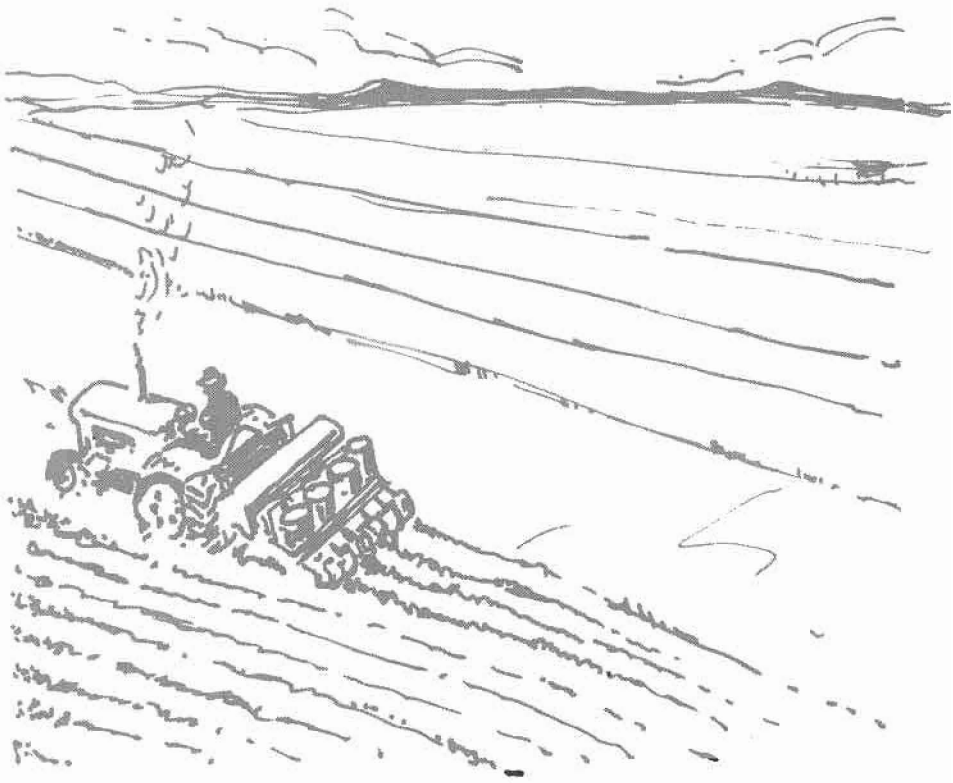
Assim, parece não fazer sentido pensar, este ano, numa redução das exportações, a fim de manter em níveis elevados os preços externos. O aumento de estoques prejudicará o país no médio e longo prazos, uma vez que se manterão artificialmente altos os preços do suco. Neste momento, em que tanto a produção da fruta como o parque industrial já alcançaram um nível muito elevado, é necessário preservar o mercado externo consumidor de suco, pois somente ele será capaz de absorver as futuras produções. No longo prazo, porém, uma melhor distribuição da renda e a promoção de mudanças dos hábitos do brasileiro poderá provocar uma expansão do consumo de suco, que hoje não alcança sequer 5% do total produzido.

BRASIL – PREÇO MÉDIO DE EXPORTAÇÃO DO SUCO CONCENTRADO DE LARANJA (US$/t)

GRÁFICO 10



FONTE – Cacex.



PRECEITOS DE POLÍTICA AGRÍCOLA

ABASTECIMENTO

A **Portaria nº 01**, de 21/11/85, do **Conselho Nacional de Agricultura**, do **Ministério da Agricultura**, institui dezesseis comitês (carne bovina, carne suína, carne de aves, ovos, pescado, leite, algodão, batata, cebola e alho, arroz, feijão, mandioca, mamona, milho, soja, trigo e insumos) com a finalidade de congregar as diversas atividades envolvidas no processo de produção agropecuária, para garantir um maior equilíbrio na livre comercialização entre os vários segmentos de produção, distribuição e consumo, constituindo-se, ao mesmo tempo, em grupos de assessoria do **Ministro**, no que se refere ao abastecimento de produtos e insumos agrícolas (**Diário Oficial da União**, de 27/11/85).

AÇÚCAR

O **Ato nº 55/85**, de 20/11/85, do **IAA**, estabelece requisitos e procedimentos necessários ao cadastramento de compradores de açúcar destinado ao mercado externo. O **Ato** cancela as inscrições concedidas anteriormente à sua vigência (exceto no caso de empresas detentoras de contratos de compra em vigor, até a cessação de seus direitos e obrigações junto ao IAA) e estabelece a obrigatoriedade de renovação anual do cadastro (**Diário Oficial da União**, de 02/12/85).

AGROTÓXICOS

A **Portaria nº 95**, de 21/11/85, da **Secretaria Nacional de Defesa Agropecuária** do **Ministério da Agricultura**, autoriza, em caráter emergencial, e com venda efetuada através de receituário agronômico, a comercialização, distribuição e uso de produtos que contenham os princípios ativos **Endosulfan**, em lavouras de café, cacau, algodão e soja, e **Dicofol**, em lavouras de frutas cítricas e algodão (**Diário Oficial da União**, de 22/11/85).

Recorde-se que estes são agrotóxicos organoclorados cujos uso e distribuição foram proibidos através da **Portaria nº 329** do **Ministério da Agricultura** (ver **Agroanalysis**, volume 9, setembro de 1985).

ARMAZENAGEM

A **Portaria nº 441**, de 25/11/85, do **Ministério da Agricultura**, institui o **Plano Nacional de Armazenagem**, visando a integrar os programas governamentais relativos à atividade. Para tanto, serão constituídas **Comissões Nacional e Estadual**, compostas por representantes de diversos órgãos e entidades, como a **Cibrazem, Geipot, BNDES, BNCC, Cobal, CFP, Sudepe, Organização das Cooperativas Brasileiras, Confederação Nacional da Agricultura, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura** etc. As comissões estaduais deverão deliberar sobre as instruções e normas elaboradas pela **Coordenação Nacional** e terão atribuições executivas, que deverão tratar especificamente de armazéns comunitários, padronização de normas operacionais, cadastro de armazéns e acompanhamento de estoques e estrutura física da rede armazenadora (**Diário Oficial da União**, de 28/11/85).



CAFÉ

A **Resolução nº 82**, de 20/11/85, do **IBC (Diário Oficial da União**, de 22/11/85) reduz para sessenta dias o prazo de retenção dos cafés enquadrados no **Programa de Retenção Temporária de Estoques** (ver **Agroanalysis**, vol. 9, nº 7, julho de 1985.

A **Resolução nº 83**, de 29/11/85, do **IBC**, fixa em 33% a alíquota do **Imposto de Exportação** incidente nas vendas externas de café verde em grão ou torrado e moído, registradas no **IBC**, a partir de 02/12/85.

A **Resolução nº 84**, de 29/11/85, do **IBC**, fixa os preços mínimos para exportação de café verde em grão ou torrado e moído a vigorar entre 02/12 e 31/12/85. O preço dos cafés do **tipo 6** para melhor, bebida isenta de gosto **Rio Zona** é de US$ 1,42/libra-peso, quando embarcados pelo porto de Santos, e de US$ 1,41/libra-peso, quando embarcados pelos portos de Paranaguá, Rio de Janeiro, Vitória, Salvador, Ilhéus e Recife. Os cafés **tipo 7** para melhor, bebida **Rio Zona**, embarcados pelos portos do Rio de Janeiro, Vitória, Salvador, Ilhéus e Recife, terão preço mínimo de US$ 1,35/libra-peso e aqueles do **tipo 7/8** para melhor, da variedade robusta **Conillon**, embarcados pelos mesmos portos, US$ 1,20/libra-peso(**Diário Oficial da União**, de 04/12/85).

A **Resolução nº 85**, de 29/11/85, do **IBC**, informa que a incidência de grãos de espécie diferente da declarada para exportação ou venda ao **IBC** será considerada como defeito.



CRÉDITO RURAL

A **Carta-Circular nº 1313**, de 29/11/85, do **Banco Central do Brasil**, comunica que poderá ser adotado, no caso do custeio agrícola, um esquema de reembolso flexível, mantido o número de prestações estabelecido pelo **Manual de Crédito Rural (Diário Oficial da União**, de 03/12/85).

Anteriormente, os créditos de custeio deviam ser reembolsados em prazos de 30, 60, 90 e 120 dias a partir do início da colheita, no caso de grandes e médios produtores; de 90 e 120 dias, no caso de pequenos e mini produtores com empréstimos de valor superior a 600 **MVR**, ou em uma única prestação, vencível 120 dias após a colheita, no caso de empréstimos de valor inferior àquele montante.

A **Circular nº 973**, de 02/12/85, do **Bacen**, consolida as principais medidas relativas a crédito rural constantes do **Programa de Apoio aos Produtores Prejudicados pelas Secas, nas regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul (Diário Oficial da União**, de 03/12/85 — veja **Estiagem e Política Agrícola**, neste número).

LEITE

No conjunto de medidas econômicas aprovadas pelo **Congresso Federal**, em dezembro, encontra-se o **Programa Nacional do Leite para Crianças Carentes**. Este programa visa a atender às necessicades nutricionais de menores de sete anos de idade, cujas famílias recebem menos de dois salários mínimos mensais. Estima-se que, no período 1986-89, venham a ser incorporadas, de forma gradativa, mais de dez milhões de crianças, com um litro de leite diário *per capita*. O programa, que será financiado com recursos do **Tesouro Nacional**, deverá ter impacto sobre a produção agropecuária, uma vez que, para atingir suas metas, exigirá um aumento da oferta do produto. Prevê-se que, em 1986, serão atendidas 1,5 milhão de crianças, implicando na distribuição de 246 milhões de litros de leite e na aplicação de Cr$ 1 trilhão.

PREÇOS MÍNIMOS

Em 30/10/85, o **Conselho Monetário Nacional** aprovou voto apresentado pelos **Ministérios da Agricultura e da Fazenda** estendendo por dois meses o período de correção monetária dos preços básicos de arroz, feijão, milho, mandioca, e sorgo, da safra 1985/86. A medida visava a incentivar os produtores de alimentos, tendo em vista que a estiagem tinha impedido em várias áreas do Centro-Sul que o plantio se desse no período normal. Posteriormente, o **Conselho Monetário** autorizou a prorrogação da correção por mais um mês (ver **Estiagem e Política Agrícola**), estendendo a medida ao algodão e à soja (Quadro 11).

QUADRO 11 – REGIÃO CENTRO-SUL – PREÇO-BASE PARA OS PRODUTOS DA SAFRA DE VERÃO 1985/86

PRODUTO	UNIDADE	PREÇO-BASE Cr$/ unidade	PERÍODO DE CORREÇÃO PELA VARIAÇÃO DAS ORTN'S (agosto de 1985 =100)	
			Proposta inicial	Situação atual
Arroz em casca				
Sequeiro	60 kg	63.000	ago/85-abr/86	ago/85-jul/86
Irrigado	50 kg	61.200	ago/85-abr/86	ago/85-jul/86
Feijão 1ª safra	60 kg	155.000	ago/85-dez/85	ago/85-jan/86
Feijão 2ª safra	60 kg	155.000	–	jan/86-jun/86
Mandioca	t	164.000	ago/85-abr/86	ago/85-jul/86
Sorgo	60 kg	31.620	ago/85-abr/86	ago/85-jul/86
Algodão em caroço	15 kg	33.840	ago/85-abr/86	ago/85-mai/86
Soja	60kg	59.040	ago/85-abr/86	ago/85-mai/86

FONTE – Decreto 91.678 e Conselho Monetário Nacional.

A **Portaria nº 67**, de 28/11/85, da **Superintendência Nacional de Abastecimento**, fixa em Cr$ 2.310.355/t e Cr$ 2.079.319/t, respectivamente, os preços de aquisição do trigo e do triticale de produção nacional a vigorarem em dezembro de 1985. Estes preços se referem ao produto com PH 78 (**Diário Oficial da União**, de 02/12/85).

SEMENTES

A **Portaria nº 437**, de 25/11/85, do **Ministério da Agricultura**, apresenta as normas para processamento das importações de sementes e mudas (**Diário Oficial da União**, de 03/12/85).

TRIGO

A **Portaria nº 65**, de 22/11/85, da **Superintendência Nacional de Abastecimento**, fixa em Cr$ 4.060.313 o preço de venda aos moinhos do trigo em grão de procedência estrangeira e do produto nacional com PH 78. A mesma **Portaria** reajusta os preços da farinha de trigo, que constam do Quadro 12 (**Diário Oficial da União**, de 25/11/85).

Este é o quarto reajuste efetuado em 1985.

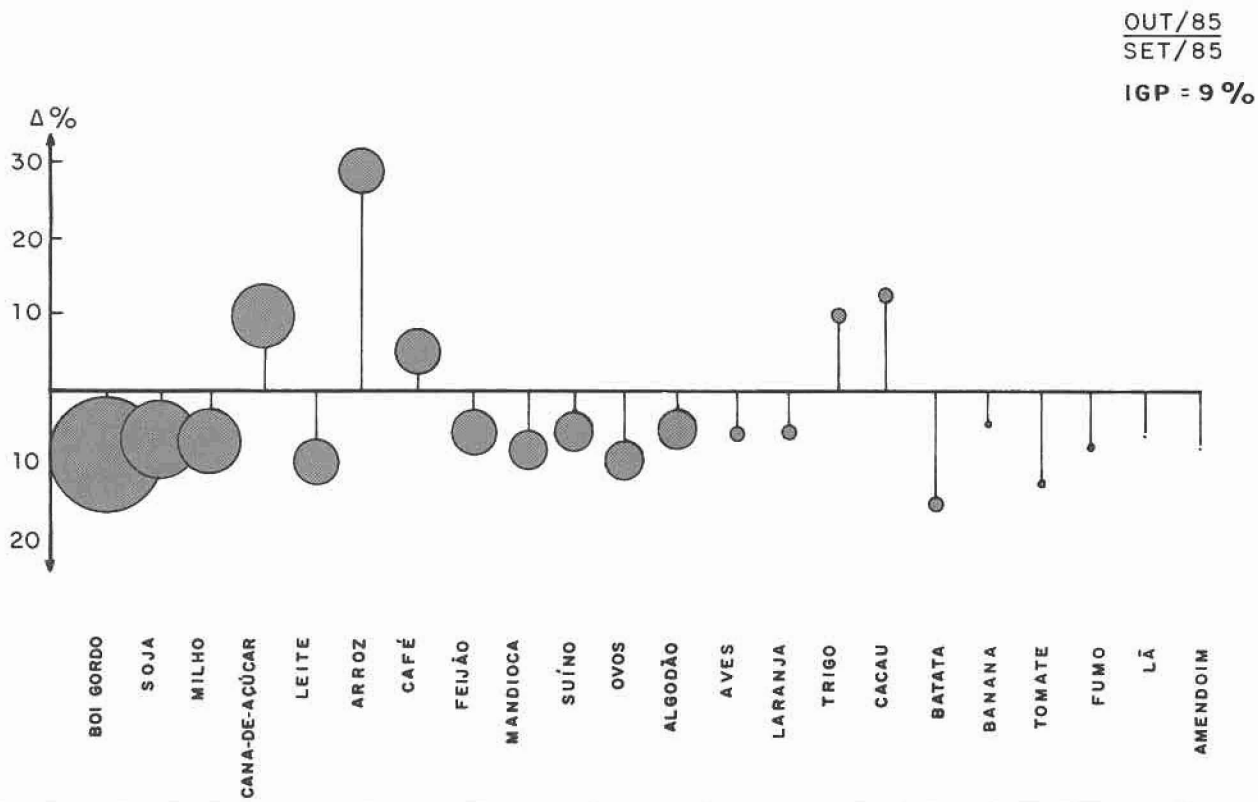
QUADRO 12 – BRASIL – PREÇOS DE AQUISIÇÃO DO TRIGO NACIONAL, DE VENDA DO TRIGO EM GRÃO AOS MOINHOS E DA FARINHA DE TRIGO

DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	PREÇOS EM NOV/85	VARIAÇÃO % EM RELAÇÃO A	
			NOV/84	SET/85
Aquisição do trigo nacional	Cr$/60 kg	2.114.219	226	23
Venda do grão aos moinhos	Cr$/t	1.060.313	151	34
Farinha de trigo				
Comum	Cr$/50 kg	74.290	243	27
Especial	Cr$/50 kg	93.061	243	27
Para fins não alimentícios	Cr$/50 kg	143.700	243	106
IGP-DI[1]	–	–	196	25

FONTE – Sunab (diversas portarias) e Conjuntura Econômica.

[1] Calculado com base no IGP-DI do mês de fevereiro de 1985.

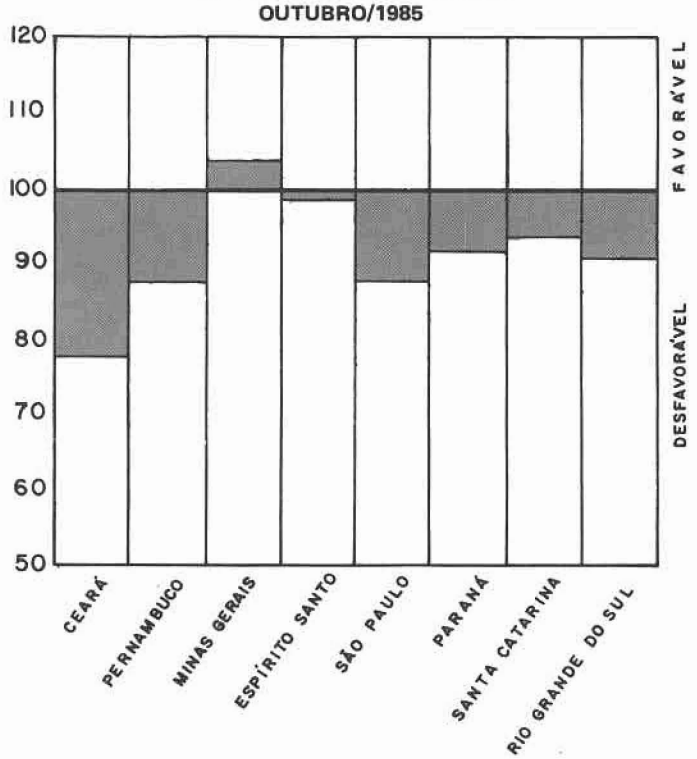
PREÇOS RECEBIDOS PELOS AGRICULTORES E RELAÇÃO DE TROCAS



No gráfico ao alto, as retas indicam as diferenças entre a variação percentual dos preços recebidos pelos agricultores (mês corrente em relação ao mês anterior) e a variação do IGP–DI, permitindo visualizar os ganhos potenciais do Setor Agrícola relativamente à inflação, tal como medida por aquele indicador. Os círculos que encimam as retas representam a participação percentual do valor da produção de cada produto no valor da produção global da agropecuária, em 1980.

No gráfico ao lado, está a relação de trocas entre a agropecuária e a indústria, referente a oito unidades da Federação. Os resultados acima de 100 indicam que os preços recebidos pelos agricultores cresceram mais do que os por eles pagos na compra de insumos.

RELAÇÃO DE TROCAS (ÍNDICES DE PREÇOS RECEBIDOS/ ÍNDICE DE PREÇOS PAGOS – 1970 = 100) EM ESTADOS SELECIONADOS OUTUBRO/1985



PREÇOS NO MERCADO EXTERNO

GUIA DE LEITURA (posições nominais referentes ao mês de novembro)
1 – Preço médio um ano antes
2 – Preço médio no mês de novembro*
3 – Preço médio na última quinzena de novembro*
4 – Preço médio na última semana de novembro
5 – Comportamento dos Preços Futuros
6 – Tendência do mercado
7 – Fatores ponderáveis e perspectivas dos próximos trinta dias

*futuro – primeira entrega

PREÇO / PRODUTO	1 ANO ANTES	MÊS	ÚLTIMA QUINZENA	ÚLTIMA SEMANA	FUTUROS/MESES N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	TENDÊNCIA	FATORES PONDERÁVEIS
AÇÚCAR RAW US ¢/lb-peso	5,01	5,54	5,49	5,59			5,45		6,09		6,25		6,42		6,60	6,70		Especulações quanto aos danos causados pelo furacão **Kate**, nas plantações de cana, em Cuba.
ALGODÃO 1-1/16" US ¢/lb-peso	65,15	61,20	61,12	61,07		61,20			61,78		62,25		60,84			54,23		Elevados estoques mundiais, que deverão totalizar 51,6 milhões de fardos, no final do ano agrícola 1985/86.
CACAU BAHIA US$/tonelada	2.224	2.079	2.095	2.123		2.079			2.171		2.224		2.258		2.285			Perspectivas favoráveis para a safra africana são fator de baixa nas cotações. Entretanto, a relação dólar/moedas européias continua sendo elemento importante para a formação dos preços no mercado futuro.
CAFÉ CONTRATO C NOVA IORQUE US¢/lb-peso	140,65	158,83	159,09	160,32		158,83			161,32		162,65		164,90		166,25			Quebra da safra brasileira prenuncia oferta apertada no próximo ano.

FONTE DOS DADOS BRUTOS – Bolsa de Nova Iorque.

NOTA – Todas as cotações são de primeiro futuro.

As informações e perspectivas aqui apresentadas se baseiam em fontes fidedignas e em cuidadosas análises de cada mercado, cujo grau de precisão e integridade, entretanto, não se pode garantir. As opiniões sobre as perspectivas de mercado são, por sua natureza subjetiva, sujeitas a mudanças, independentemente de ocorrência de novos fatores ponderáveis. Sugere-se contato com os técnicos para qualquer esclarecimento ou troca de opiniões (ver 1ª contracapa).

PREÇO / PRODUTO	1 ANO ANTES	MÊS	ÚLTIMA QUINZENA	ÚLTIMA SEMANA	FUTUROS/MESES N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	TENDÊNCIA	FATORES PONDERÁVEIS
MILHO TWO YELLOW US ¢/bushel	272,97	237,69	240,37	240,25		237,69			241,87		245,58		245,85		231,61		↓	Último balanço de oferta e demanda do **USDA** mantém previsão de um estoque final recorde, de 77,5 milhões de t, da safra norte-americana de 1985/86.
SOJA - GRÃO ONE YELLOW US ¢/bushel	621,49	511,64	493,64	492,43	513,33		511,64		520,39		526,65		533,77	532,51	520,21		↓	Excesso de chuvas na colheita norte-americana e seca nas regiões produtoras do Brasil.
SOJA FARELO US$/tonelada	152,28	143,89	140,52	142,18		143,89	143,83		144,31		145,07		145,49	145,11	143,95	141,64	↓	Queda do dólar frente às moedas européias e redução dos estoques na Argentina, EUA e Brasil.
TRIGO SOFT RED US ¢/bushel	359,17	331,91	335,80	330,88		331,91			333,07		313,25		286,79		289,07		↓	Indefinições da política agrícola norte-americana.

FONTE DOS DADOS BRUTOS — Bolsa de Nova Iorque.

NOTA — Todas as cotações são de primeiro futuro.

PREÇOS NO MERCADO INTERNO

GUIA DE LEITURA

1 – Preço médio de novembro de 1984, corrigido pelo IGP, para novembro de 1985
2 – Preço médio no mês de novembro
3 – Preço médio na última quinzena de novembro
4 – Preço médio na última semana de novembro
5 – Tendência do mercado
6 – Fatores ponderáveis e perspectivas dos próximos 30 dias

PREÇO / PRODUTO	1 ANO ANTES	MÊS	ÚLTIMA QUINZENA	ÚLTIMA SEMANA	TENDÊNCIA	FATORES PONDERÁVEIS
ALGODÃO tipo 6–Sul do BR Cr$/15 kg 1º futuro	165.115	158.500	158.000	157.000	↓	Continuidade dos leilões da **CFP** e maior oferta do algodão nordestino. A queda esperada na produção de 1985/86 não deverá superar os 31%.
ARROZ Amarelão - Est. Cen. Cr$/sc. 60 kg	195.683	192.500	196.500	199.000	↑	Há pouca disponibilidade, tanto do agulhinha, quanto das variedades de sequeiro, detidas pela **CFP**. Expectativa quanto aos preços do arroz importado.
CAFÉ Tipo 6 Cr$/sc. 60 kg	905.953	1.365.725	1.372.750	1.408.000	↑	Seca compromete resultado da próxima safra brasileira. Últimas estimativas registram maiores quebras.
BOI GORDO Cr$/arroba	181.602	210.000	220.000	220.000	↑	Chuvas melhoram condições de pastos no Brasil Central, mas a seca persiste no Rio Grande do Sul. Carne importada começa a ser distribuída.

FONTE DOS DADOS BRUTOS – Algodão e Café: Bolsa de Mercadorias de São Paulo; Arroz, Feijão, Milho e Soja: Bolsa de Cereais de São Paulo; Boi Gordo: IEA-SP e Frango Vivo: APA-SP.

NOTA – Todos os preços referem-se ao mercado de São Paulo, capital, exceto os do boi gordo, que são de Presidente Prudente, SP. Valores corrigidos pelo IGP – DI.

As informações e perspectivas aqui apresentadas se baseiam em fontes fidedignas e em cuidadosas análises de cada mercado, cujo grau de precisão e integridade, entretanto, não se pode garantir. As opiniões sobre as perspectivas de mercado são, por sua natureza subjetiva, sujeitas a mudanças, independentemente de ocorrência de novos fatores ponderáveis. Sugere-se contato com os técnicos para qualquer esclarecimento ou troca de opiniões (ver 1ª contracapa).

PREÇO / PRODUTO	1 ANO ANTES	MÊS	ÚLTIMA QUINZENA	ÚLTIMA SEMANA	TENDÊNCIA	FATORES PONDERÁVEIS
FEIJÃO Carioquinha Especial Cr$/sc. 60 kg	240.156	293.000	313.500	315.000	↑	Embora tenha recentemente chovido em regiões afetadas pela estiagem, as safras de São Paulo e dos estados do Sul tiveram perdas elevadas.
FRANGO Vivo Cr$/kg	4.826	6.728	7.035	7.090	↑	Aumento sazonal da demanda.
MILHO Amarelo Semiduro Cr$/60 kg	69.716	67.500	67.500	67.500	↓	Anúncio de novas importações.
SOJA - GRÃO Industrial Cr$/60 kg	124.124	104.775	105.000	105.000	↓	É pequena a disponibilidade de produto a ser leiloado pela CFP, ao mesmo tempo em que os preços externos poderão sofrer alguma recuperação.

FONTE DOS DADOS BRUTOS — Algodão e Café: Bolsa de Mercadorias de São Paulo; Arroz, Feijão, Milho e Soja: Bolsa de Cereais de São Paulo; Boi Gordo: IEA-SP e Frango Vivo: APA-SP.

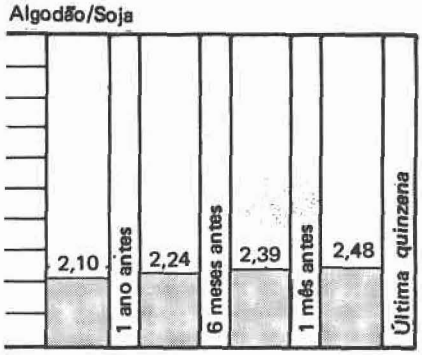
NOTA — Todos os preços referem-se ao mercado de São Paulo, capital, exceto os do boi gordo, que são de Presidente Prudente, SP. Valores corrigidos pelo IGP — DI.

PREÇOS RELATIVOS - MERCADO EXTERNO

Os preços relativos referem-se ao quociente resultante da divisão dos preços absolutos de cada produto, obtidos nas fontes citadas abaixo. Os preços relativos algodão/soja e algodão/milho têm seu quociente multiplicado por 20 devido à disparidade entre as medidas utilizadas para o algodão (libra-peso) e para a soja e o milho (bushel).

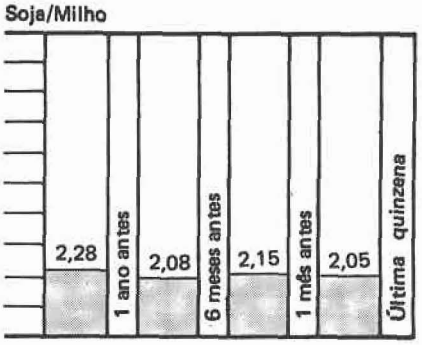
Durante a quinzena, a cotação da soja apresentou desvalorização da ordem de 3,5%, comparativamente à média do mês, em conseqüência da influência baixista que vem tendo sobre o mercado a revisão da política agrícola dos EUA, elaborada pelo Congresso norte-americano. Houve uma variação positiva no preço relativo algodão/soja na quinzena, tendo em vista que o preço da fibra manteve-se estacionário no período.

Algodão/Soja



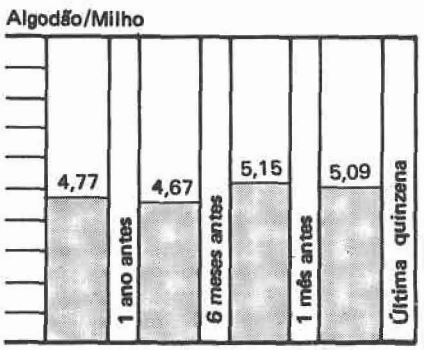
O mercado do milho ainda se encontra fraco, pois, a despeito das notícias das compras brasileiras do produto norte-americano, a oferta mundial é muito elevada, sinalizando para um nível recorde de estoques finais. Assim, a cotação do cereal apresentou-se, na quinzena, praticamente estacionária, comparativamente à da média do mês e 12% menor do que um ano antes.

Soja/Milho



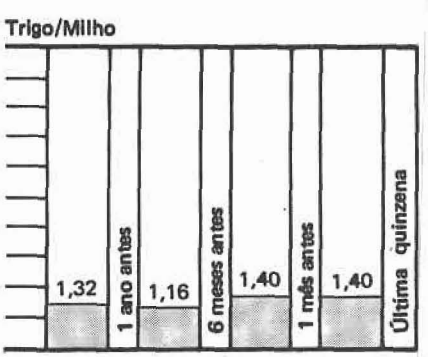
O mercado do algodão continua ressentindo-se de uma elevada oferta mundial, que tem mantido as cotações sob pressão, muito embora, recentemente, o consumo do produto nos EUA venha denotando certa reação, comparativamente aos anos anteriores. Como, na quinzena, o preço do milho avançou tão-somente 1% comparativamente à média do mês, oscilou muito pouco o preço relativo no período.

Algodão/Milho



Não apresentou variação, na quinzena, o preço relativo trigo/milho, tendo em vista a igualdade de movimentos observado nas cotações de ambos os cereais. No caso do trigo, a competição acirrada no mercado mundial, que vem sendo desenvolvida pelos maiores ofertantes, não tem deixado margem à recuperação das cotações, cuja média do mês foi 8% inferior à de um ano antes.

Trigo/Milho

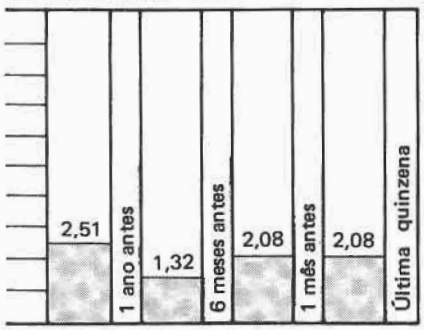


FONTE DOS DADOS BRUTOS – Algodão: Cotton World Statistics; Soja, Milho e Trigo: Commodity Year Book.

PREÇOS RELATIVOS - MERCADO INTERNO

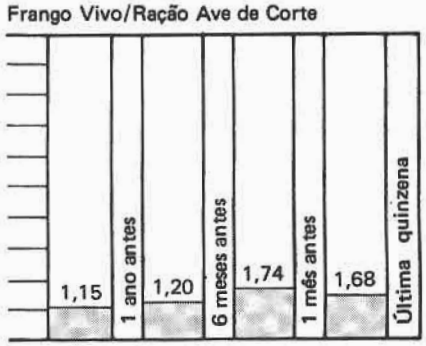
A cotação do frango vivo acompanhou a evolução do preço do boi gordo, em função do aumento da demanda normalmente verificado nesta época do ano. Por este motivo, o preço relativo boi gordo/frango vivo manteve-se inalterado, comparativamente ao da média do mês.

Boi Gordo/Frango Vivo



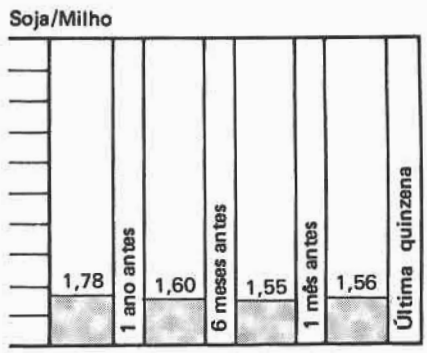
O ganho de 8% ocorrido no preço da ração para ave de corte na quinzena fez diminuir a lucratividade dos criadores, comparativamente à média do mês. No entanto, a situação dos avicultores é melhor do que aquela de um ano antes, tendo em vista que, no período, o preço da ave evoluiu 46% em termos reais, enquanto o da ração manteve-se estacionário.

Frango Vivo/Ração Ave de Corte



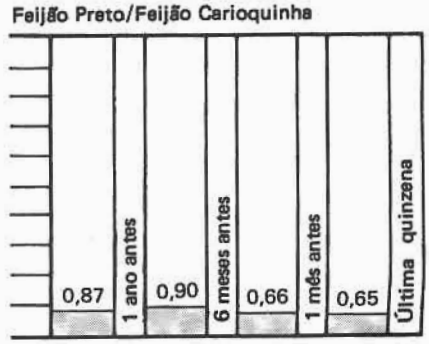
O mais recente preço relativo soja/milho é inferior ao de um ano antes. Então, a valorização da soja frente ao cereal era maior do que atualmente. Tal queda se deveu à perda de 15%, em valor real, da cotação da soja no período, acompanhando a tendência baixista observada no mercado externo.

Soja/Milho



O atual preço relativo feijão preto/feijão carioquinha é bem inferior ao de seis meses atrás, refletindo o avanço de 30% no preço real do feijão carioquinha no período. Isto se deveu aos grandes danos provocados pela estiagem, notadamente na região Norte do Paraná, grande produtora de feijão de cores, e em São Paulo. Há, relativamente, melhor disponibilidade do feijão preto, cuja área de plantio foi menos afetada.

Feijão Preto/Feijão Carioquinha



FONTE DOS DADOS BRUTOS – **Boi Gordo: IEA-Sec. Agric. SP; Frango Vivo e Ração Ave Corte: IEA-Sec. Agr. SP e APA; Feijão Preto, Feijão Carioquinha, Soja e Milho: Bolsa de Cereais de SP.**

COMPORTAMENTO DAS LAVOURAS

Esta página apresenta o resultado para o Brasil, como um todo, da pesquisa mensal de previsão e acompanhamento das colheitas de lavouras no ano civil, conduzida pela **Comissão Especial de Planejamento, Controle e Avaliação das Estatísticas Agropecuárias – CEPAGRO**, cuja coordenação técnica é do **IBGE**. A pesquisa se faz em todo o território nacional e dela participam diversas entidades públicas e privadas, dentre as quais o Ministério da Agricultura, Banco do Brasil, Emater's, Cepa's, CFP, Secretarias de Agricultura e Secretarias de Planejamento. Seus resultados, segundo dispositivo legal (Decreto 68.678/71), são compulsórios para os órgãos da Administração Federal, direta e indireta e para as entidades a ela vinculadas. Os leitores de **Agroanalysis** terão aqui, mensalmente, os dados oficiais atualizados do comportamento das safras brasileiras.

QUADRO 13 – LAVOURAS – ÁREA PLANTADA E PRODUÇÃO ESPERADA NO ANO CIVIL DE 1985, SEGUNDO LEVANTAMENTO DE NOVEMBRO[1]

ESPECIFICAÇÃO	ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUÇÃO ESPERADA (t)
Abacaxi	36.626	762.644[3]
Algodão	3.593.689	2.853.869
Algodão arbóreo	1.337.544	194.359
Algodão herbáceo	2.256.145	2.659.510
Alho	11.238	44.133
Amendoim	192.934	339.338
Algodão (1ª safra)[2]	137.154	262.016
Algodão (2ª safra)	55.780	77.322
Arroz	4.754.343	9.001.967
Aveia	142.561	172.870
Banana	422.435	484.931[4]
Batata-inglesa	156.164	1.979.354
Batata-inglesa (1ª safra)[2]	95.757	1.202.144
Batata-inglesa (2ª safra)	60.407	777.210
Cacau	635.517	415.154
Café em coco	2.483.000	3.462.550
Cana-de-açúcar	3.821.583	241.251.734
Cebola	57.499	633.484
Centeio	12.892	14.396
Cevada	106.567	144.045
Coco-da-baía	162.992	551.514[3]
Feijão	5.324.859	2.567.690
Feijão (1ª safra)[2]	2.850.260	1.461.517
Feijão (2ª safra)	2.474.599	1.106.173
Fumo	267.993	410.019
Guaraná	8.371	1.352
Juta[2]	21.184	20.081
Laranja	664.056	71.282.407[3]
Malva	42.526	42.261
Mamona	495.077	415.884
Mandioca	1.875.309	23.277.874
Milho	11.797.749	22.006.585
Pimenta-do-reino	18.890	36.590
Rami[2]	4.887	10.004
Sisal	333.007	253.268
Soja[2]	10.149.672	18.274.241
Sorgo granífero[2]	162.959	258.127
Tomate	53.838	1.944.521
Trigo	2.638.607	4.148.655
Uva	57.758	717.803

FONTE – IBGE.

[1] Dados preliminares sujeitos à retificação; [2] área colhida e produção obtida; [3] mil frutos; [4] mil cachos.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Entidade de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, instituída em 20 de dezembro de 1944 como pessoa jurídica de direito privado, visando ao estudo dos problemas de organização racional do trabalho, especialmente nos seus aspectos administrativo e social e à conformidade de seus métodos às condições do meio brasileiro.

Sede: Praia de Botafogo, 190 - Caixa Postal 9052 - ZC 02
Tel.: 551-1542
CEP 22250 - Rio de Janeiro - RJ

Presidente: Luiz Simões Lopes
Superintendente-Geral: Roberto Hermeto Corrêa da Costa

CONSELHO DIRETOR:
Presidente: Luiz Simões Lopes
Vice-Presidente: Jorge Oscar de Mello Flôres
Membros: Aldo Batista Franco, Eugênio Gudin, Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Manoel Fernando Thompson Motta, Manoel Pio Corrêa Jr. e Octávio Gouvêa de Bulhões.
Membros Suplentes: Carlos Alberto Pires de Carvalho Albuquerque, Luiz Fernando da Silva Pinto e Marcos Pereira Vianna.

CONSELHO CURADOR:
Presidente: Alberto Pires Amarante
Vice-Presidente: Antonio Ribeiro França Filho
Membros: Alzira Vargas do Amaral Peixoto, Antonio Garcia de Miranda Neto, Associação de Bancos de São Paulo, Celso Timponi, Cezar Reis Cantanhede e Almeida, Domingos Marques Grello, Edmundo Penna Barbosa da Silva, Estado de Minas Gerais, Estado de São Paulo, Geraldo Wilson Nunan, Glycon de Paiva, Henrique Domingos Ribeiro Barbosa, Instituto de Resseguros do Brasil, Mário Abrantes da Silva Pinto, Moacyr Velloso Cardoso de Oliveira, Paulo de Tarso Leal, Rubens D'Almada Horta Porto, Salles/Interamericana de Publicidade S. A. e Theodoro Arthou.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

COMISSÃO DIRETORA:
Presidente: Octávio Gouvêa de Bulhões
Vice-Presidente: Mário Henrique Simonsen
Membros: Angelo Jorge de Souza, Eugênio Gudin, Janes Angelo de Souza e Julian Magalhães Chacel.

DEPARTAMENTO DE ENSINO:
Diretor da Escola de Pós-Graduação em Economia: Mário Henrique Simonsen

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PESQUISAS
Diretor: Julian Magalhães Chacel

Centro de Estudos Monetários e de Economia Internacional: Luiz Aranha Corrêa do Lago
Grupo de Gerência e Economia da Informação: Moacyr Antonio Fioravante.

Divisão de Contabilidade Social
Diretor: Angelo Jorge de Souza

Centro de Contas Nacionais: Maria Alice de Gusmão Veloso
Centro de Estudos Fiscais: Margaret Hanson Costa
Centro de Estudos Industriais: Eden Gonçalves de Oliveira
Grupo de Análise Contábil: Angelo Jorge de Souza (Respondendo)

Divisão de Estatística e Econometria
Diretor: Janes Angelo de Souza

Centro de Estudos Agrícolas: Sylvio Wanick Ribeiro
Centro de Estatística Econômica: Marcos Ferreira de Souza
Grupo Especial de Consumo: Roberto Maia de Camargo Abib

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
Caixa Postal 9052
20.000 - RIO DE JANEIRO - RJ - BRASIL